


Alt Risco

Diretor: Filomena Barros | Nº.203 - ano 20 | Novembro de 2017 | Publicação Mensal | Preço: €0,50 (iva incluído)
Jornal da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais | Instituição de Utilidade Pública



**ANBP defende
bombeiros na liderança
do socorro nacional**

**FNBP exige representação
dos bombeiros**

editorial

Foto ANBP



Por Fernando Curto,
Presidente da ANBP

A CULPA NÃO É DA GNR!

Ao longo dos últimos dez anos, os sucessivos governos viveram à custa dos bombeiros portugueses.

Basta recordar o que os sucessivos candidatos e depois Primeiros-Ministros do País disseram a ANBP/SNBP quando com eles reunimos e, apesar de terem dito de forma diferente, todos disseram o mesmo:

Eng. António Guterres 1995 – Estamos sensíveis para os problemas dos bombeiros portugueses e vamos rever, nomeadamente, a carreira dos bombeiros profissionais. Podem contar com o meu Governo se formos eleitos;

Dr. Durão Barroso 2002 – Estamos sensíveis para os problemas dos bombeiros portugueses e vamos rever, nomeadamente, a carreira dos bombeiros profissionais. Podem contar com o meu Governo se formos eleitos;

Dr. Pedro Santana Lopes 2004 – Estamos sensíveis para os problemas dos bombeiros portugueses e vamos rever, nomeadamente, a carreira dos bombeiros profissionais. Podem contar com o meu Governo se formos eleitos;

Eng. José Sócrates 2005 – Estamos sensíveis para os problemas dos bombeiros portugueses e vamos rever, nomeadamente, a carreira dos bombeiros profissionais. Podem contar com o meu Governo se formos eleitos;

Dr. Pedro Passos Coelho 2015 – Estamos sensíveis para os problemas dos bombeiros portugueses e vamos rever, nomeadamente, a car-

reira dos bombeiros profissionais. Podem contar com o meu Governo se formos eleitos.

Ao longo destes 21 anos de 1995 a 2015 NENHUM Governo solucionou as reivindicações JUSTAS e LEGÍTIMAS dos bombeiros portugueses.

Também ao longo destes anos ANBP/SNBP apresentaram SEMPRE relatórios e conclusões referentes às ocorrências e, nomeadamente, aos incêndios florestais que tiveram lugar no nosso País.

Participamos em várias audições parlamentares promovidas pela Assembleia da República onde uma vez mais reafirmamos as soluções para a resolução dos problemas que ainda afetam os bombeiros portugueses e, nomeadamente, os bombeiros profissionais.

Durante os mandatos destes Primeiros-Ministros reunimos com os respetivos ministros e Secretários de Estado onde reapresentamos as nossas reivindicações e onde foram, ao longo destes anos, produzidas propostas legislativas com trabalho do gabinete do Ministério da Administração Interna e da Direção de ANBP/SNBP sem NUNCA terem sido, apesar do reconhecimento dos governantes da necessidade dessa legislação, aprovadas ou publicadas oficialmente para solucionar as deficiências com que os bombeiros profissionais se deparavam e ainda deparam.

Acrece referir que também ao longo destes 21 anos reunimos com TODOS os Grupos Parlamentares

com representação na Assembleia da República onde REFORÇAMOS com projetos e trabalhos deixados aos deputados que conosco reuniram e NUNCA NADA FOI FEITO PELOS BOMBEIROS PORTUGUESES.

O Governo que tomou posse em 2011 também se portou mal até agora. A anterior Ministra e o anterior Secretário de Estado, ao exemplo dos Governos anteriores, criaram um Grupo de Trabalho no MAI com ANBP/SNBP onde, uma vez mais, foi produzido um ante-projecto legislativo para que fossem, de uma vez por todas (dito por esses Governantes) criada legislação para os bombeiros profissionais portugueses (sapadores, municipais, profissionais da Associações Humanitárias, Força Especial de Bombeiros e todos os bombeiros profissionais a trabalhar no CNOS e CDOS).

Com o Governo que tomou posse em 2015 e nomeadamente com o Secretário de Estado da Administração Interna e depois de muito trabalho, muitas horas de reunião, foi produzido um dossier legislativo que seria aprovado no primeiro trimestre de 2016. MAS NÃO FOI.

Veio a Senhora Ministra da Administração Interna dizer, e bem, depois do trabalho produzido e aprovado, que seria publicado até final de 2016. MAS NÃO FOI.

Na sequência da tragédia que ocorreu em Portugal sucedeu-se a demissão da Senhora Ministra e o atual Secretário de Estado da Proteção Civil, porque o atual Ministro da Administração Interna não reuniu com a ANBP pois só dedica o seu tempo e agenda a outras Organizações, NÃO TINHA NADA, NENHUM DOSSIER DO TRABALHO PRODUZIDO E QUE FOI REALIZADO PELOS ANTERIORES GOVERNANTES DESTES MESMO GOVERNO!!!!

Claro que, e afirmo sem qualquer excitação, se os sucessivos governos ao longo destes últimos 21 anos tivessem aprovado as propostas que ANBP/SNBP produziram e apresentaram por escrito, muito do que sucedeu este ano teria sido, com certeza, evitado.

Sim, teria sido evitado porque 99% das conclusões de TODOS os relatórios que este ano foram produzidas, FORAM POR NÓS estudadas, discutidas e apresentadas POR ESCRITO aos Governantes, na Assembleia da República, aos Deputados e nas Comissões Parlamentares onde fui ouvido e, modestia a parte, procurei e procurou a Direção da ANBP/SNBP ser o mais criteriosa possível

no sentido de apresentarmos, como o fizemos, um trabalho deveras inovador. Basta compará-lo com as conclusões dos atuais relatórios que foram este ano apresentadas.

A grande diferença para os Governantes é que a ANBP/SNBP, por exemplo, quando disse há 10 anos que era URGENTE profissionalizar, caiu o “carmo e a trindade” e, claro, em coro, o Governo e algumas organizações que dizem que representam os bombeiros MAS NÃO REPRESENTAM, criticando a ANBP/SNBP porque além de não haver dinheiro para profissionalizar iríamos, VEJAM LÁ, acabar com o voluntariado.

A Comissão constituída pela Assembleia da República este ano disse que era UMA DAS CONDIÇÕES para solucionar tais tragédias- profissionalizar- além de muitas outras conclusões apuradas, como já referimos, pela ANBP/SNBP ao longo destes últimos 21 anos.

Devido a todo este laxismo, pelo facto dos sucessivos Governantes NÃO INVESTIREM nem nos bombeiros profissionais nem nos bombeiros voluntários, criaram-se condições para minimizar e até ridicularizar o trabalho dos bombeiros independentemente do cargo ou funções ou mesmo se eram voluntários ou profissionais.

E como os BOMBEIROS PORTUGUESES, profissionais ou voluntários não entendem nada de técnicas de fogo, nem de sinistros porque os GOVERNANTES não lhes deram nem oportunidade nem condições legislativas para se atualizarem, serem formados e constituírem a FORÇA que este País necessita no que respeita a uma área tão importante para Portugal como é a da proteção civil e bombeiros, aconteceu, infelizmente, o que todos sabemos e vimos!

Claro que, e infelizmente, os POLITICOS fazem sempre e por norma o mais fácil tendo como referência os quatros anos de governação, ou seja, recorreram aos GIPS da GNR quando deveriam investir MUITO MAIS nos bombeiros portugueses.

E também como não sabemos comandar, porque os GOVERNOS nada fizeram para nos formar, logo, os culpados da catástrofe deste ano e de todas as outras de anos anteriores foram os Comandantes e os bombeiros portugueses!?

Mas o ridículo de tudo isto é que, se os bombeiros não têm formação para apagar fogos ou

para comandar, como a teve ou vai ter a GNR?

A formação que não é ministrada e devidamente organizada para os bombeiros portugueses também não é e nem nunca foi ministrada à GNR!

Então como pode o atual Governo insistir na mesma solução, substituindo os bombeiros pela GNR?

É legítimo afirmar que o Corpo de Homens e Mulheres da GNR, independentemente do seu posto, não são culpados pelas asneiras que os anteriores Governos fizeram e que o atual Governo quer fazer!

Como também é legítimo dizer o contrário. Ou seja, que culpa teriam os bombeiros se o Governo decidisse que quem iria ocupar as inúmeras esquadras distribuídas pelo País, onde os efetivos da GNR não existem ou são escassos e a população carece de segurança, seriam os bombeiros?

Continuarei a lutar pela classe dos Bombeiros Portugueses, voluntários ou profissionais, para que sejamos valorizados, nos peçamos responsabilidades mas que nos garantam também condições para sermos melhor formados, melhor preparados e possamos ter MELHOR DES-EMPENHO NAS NOSSAS FUNÇÕES EM PROL DAS POPULAÇÕES, SEJAMOS VOLUNTÁRIOS OU PROFISIONAIS.

Não posso deixar de referir uma das máximas da luta de classe que é: BOMBEIROS DE PORTUGAL UNI-VOS!

Mas refiro também com muita convicção que, se não colocarmos de parte o que nos divide, que é muito menos que o aquilo que nos UNE, de certeza que o nosso País ficará PIOR no que diz respeito à segurança das populações e dos seus bens e nós continuaremos a eleger políticos que ao longo de 21 anos disseram, “*Estamos sensíveis para os problemas dos bombeiros portugueses e vamos rever, nomeadamente, a carreira dos bombeiros profissionais. Podem contar com o meu Governo se formos eleitos*” e contribuíram para que os bombeiros não se modernizassem e que continuemos a ver ridicularizado o nosso setor e a nossa classe – **BOMBEIROS DE PORTUGAL**.

Este jornal está escrito
ao abrigo do novo
acordo ortográfico

Consulte o nosso site
em www.anbp.pt e o
nosso Facebook

sindicato



Por Sérgio Rui Carvalho,
Presidente do SNBP

Continua o FADO dos Bombeiros

Chegamos a Novembro e com a aprovação do Orçamento de Estado para 2018, mais uma vez vemos reconhecida a necessidade de ser publicado o novo Estatuto dos Bombeiros Profissionais que permita a equiparação dos bombeiros municipais a sapadores e resolva os problemas das carreiras, horários de trabalho, aposentações, formação, SIADAP. Ou seja, tudo o que tem a ver com a atividade profissional destes bombeiros.

Temos sido confrontados, todos os anos, com promessas de que é este ano que o Estatuto vai ser aprovado, mas como tudo isto já parece um FADO, sempre que há a previsão da sua publicação, ou cai o governo, ou sai o Secretário de Estado, ou cai o Ministro, ou entra a TROIKA enfim, a lei de Murphy neste caso aplica-se na sua essência.

Como nunca baixámos os braços, temos continuado a trabalhar junto dos responsáveis políticos de todos os partidos, junto das câmaras municipais, para que esta situação seja corrigida. Espero que este ano, e dado que esta proposta de publicação do novo estatuto e negociação do mesmo faz parte do Orçamento de Estado, seja resolvida de uma vez por todas.

Esta proposta foi apresentada pelo Bloco de Esquerda e resulta do muito trabalho desenvolvido por toda a nossa estrutura junto dos partidos. Espero que “palavra dada

Acordo Coletivo de Trabalho com a LBP para os bombeiros profissionais das Associações Humanitárias de Bombeiros

Continuam as negociações em sede de Ministério de Trabalho com a Liga dos Bombeiros Portugueses para chegarmos a um acordo. Não tem sido fácil, mas como sempre e já é norma, não vamos desistir de conseguir que esta situação seja regulamentada. Não podemos cair no erro de não ser publicada e regulamentada uma carreira para estes profissionais.

Espero que estas negociações cheguem a bom porto e que mais uma vez não venha a cometer-se um erro histórico para o sector, tal como aconteceu há anos atrás e agora estamos a sentir na pele com o ataque que toda a organização dos bombeiros está a sofrer por falta de regulamentação desta atividade. Tudo seria mais fácil se o acordo firmado com a LBP em 2010 estivesse mais desenvolvido e aplicado nas Associações Humanitárias. Não era perfeito, mas neste momento, de certeza, já teria resolvido muitas das questões que têm surgido nos últimos anos, algumas delas, problemas graves. Talvez, não falando de futurologia, os bombeiros não estivessem na situação em que se encontram atualmente.

A regulamentação da Força Especial de Bombeiros e de pessoal que exerce funções no CNOS e no CDOS

Estamos a acompanhar o processo da regularização dos precários do Estado. Temos dirigentes que fazem parte de alguns grupos de trabalho e que estão a acompanhar esta situação com o objetivo de que a mesma possa vir a ser resolvida. Caso a situação, nomeadamente vínculo laboral que é atualmente com a Escola Nacional de Bombeiros, venha a ser corrigido, não quer dizer que a carreira o seja. Logo, temos que continuar a trabalhar no sentido de estruturar a carreira de todos estes profissionais que exercem funções para a ANPC e que os mesmos vejam legitimadas as suas ambições. Mas isso não se consegue sem trabalho nem empenho junto da nossa estrutura.

ANBP/SNBP são constituídos por dirigentes de todas as estruturas representativas de bombeiros e são eles que, juntamente com a direção nacio-



► Reunião do Bloco de Esquerda com
a direção nacional de ANBP/SNBP

nal, elaboram e preparam as propostas para a sua carreira. Não podemos querer que resolvam os nossos problemas da nossa carreira específica, sem darmos a cara, à espera que os outros o façam.

ANBP/SNBP estão a acompanhar este processo com muita atenção e têm colocado este tema sempre em todas as mesas negociais, seja ao nível do governo, seja ao nível da ANPC.

A todos os bombeiros, nos-

sos associados, deixo a seguinte afirmação: não estamos parados. Não vamos parar, mas todos juntos somos poucos para tamanha missão que é organizar de uma vez por todas este setor que atualmente é atacado por todos os lados e em que nós, que estamos no fim da linha, sentimos na pele.

Não vamos parar nem vamos desistir, enquanto acharmos que a razão está do nosso lado.

CHEGA deste triste FADO.



► Reunião do Bloco de Esquerda com
secretariado regional do Algarve de ANBP/SNBP

BE levou proposta de carreira única dos bombeiros a discussão na AR

O grupo parlamentar do Bloco de Esquerda apresentou na Assembleia da República para discussão no âmbito do Orçamento de Estado uma proposta sobre a carreira única dos bombeiros profissionais da administração local, aprovado pelo Decreto-Lei nº 106/2002 de 13 de abril e matérias conexas da qual resulte a uniformização das carreiras dos bombeiros sapadores e municipais”.

com, as estruturas representativas dos bombeiros, proceda à revisão do Estatuto do Pessoal dos bombeiros profissionais da administração local, aprovado pelo Decreto-Lei nº 106/2002 de 13 de abril e matérias conexas da qual resulte a uniformização das carreiras dos bombeiros sapadores e municipais”.

Imagem de Arquivo

Imagem de Arquivo

FNBP



ANBP e APBV criam a Federação Nacional dos Bombeiros Portugueses

A Associação Nacional de Bombeiros Profissionais (ANBP) e a Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários (APBV) anunciaram, dia 14 de novembro, em conferência de imprensa, a criação da Federação Nacional dos Bombeiros Portugueses. O objetivo deste novo órgão é “reivindicar medidas e organização estruturante para os bombeiros, enquanto legítimas representantes dos bombeiros profissionais e voluntários”.

A representar a APBV esteve Rui Silva, Carlos Matos, e João Marques e a ANBP esteve Sérgio Carvalho, Domingos Morais e Arnaldo Lopes.

Sérgio Carvalho da ANBP abriu a conferência passando a palavra a Domingos Morais que apresentou as linhas gerais e propostas desta nova estrutura representativa dos bombeiros portugueses. Entre essas medidas encontra-se a necessidade de a profissão de bombeiro ser vista como uma “profissão de risco e de desgaste rápido”, fazer com que as seguradoras garantam “as necessidades dos bom-

beiros” e que a Escola Nacional de Bombeiros esteja sob a “direta dependência da Autoridade Nacional de Proteção Civil”. Domingos Morais salientou que o 1.º Encontro de Bombeiros Portugueses, que vai ter lugar no quartel da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Carnaxide, no dia 17 de Dezembro, será o ponto de partida para a criação de uma Carta de Princípios dos Bombeiros e onde se discutirá “toda a problemática do setor”.

Sérgio Carvalho respondeu à questão dos jornalistas sobre quantos bombeiros existem a nível nacional, dizendo que nunca há um número fixo, sendo isto “um exemplo claro de que queremos saber precisamente o número de bombeiros no efetivo, o seu recenseamento e quem os representa”. Rui Silva, da APBV, acrescentou que “as duas associações [ANBP e APBV] vão continuar a desempenhar as suas funções” e que esta nova Federação “conta com a colaboração de outras entidades”, salientando que essa “pretende ser uma voz única dos homens e

mulheres que trabalham 365 dias por ano, no socorro dos portugueses”.

“Profissionalizar mais e melhor o setor” é uma das propostas que a Federação pretende enviar ao Ministério da Administração Interna, bem como a necessidade de “regulamentar a carreira e função” e esclarecer a situação dos seguros para os bombeiros profissionais das Associações Humanitárias.

Em relação ao Fundo Social do Bombeiro estas duas associações de bombeiros reiteram que “querem ver a sua representatividade reconhecida e fazer parte da gestão [...], atualmente apenas gerido pela LBP [Liga dos Bombeiros Portugueses]”. Sérgio Carvalho referiu que “os bombeiros não veem o reflexo do fundo”.

“Quantos milhões são? Onde anda esse fundo?”, questionou o representante da ANBP que acrescentou que “não queremos ser donos do fundo, queremos fazer parte da sua gestão e ajudar na sua aplicação”. A ANBP frisou que “não podemos aceitar que em dias de eleições os bombeiros estejam a fazer



peditórios às portas das escolas”, delineando a indispensabilidade da “melhoria do

socorro e das condições de trabalho e de vida dos bombeiros”.

Principais reivindicações da Federação

Esta Federação é uma união de esforços entre a ANBP e a APBV no sentido de reivindicar medidas e organização estruturante para os bombeiros, enquanto legítimas representantes dos bombeiros profissionais e voluntários.

Fundo Social do Bombeiro

- Representatividade da FNBP
- Tornar público os valores existentes no Fundo
- O apoio deve ser mais célere aos bombeiros

ANBP e a APBV querem ver a sua representatividade reconhecida e fazer parte da gestão do fundo social do bombeiro, atualmente apenas gerido pela LBP.

Propomos a constituição de um grupo de trabalho de onde façam parte os representantes dos bombeiros profissionais e dos bombeiros voluntários.

Campanhas de solidariedade

- Qual o destino as verbas das campanhas de solidariedade
- Devem ser tuteladas pelo MAI através da ANPC
- Tornar público o seu destino ou aplicação

Deveria ser constituído um grupo de trabalho composto por representantes da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais, da Associação Portuguesa de Bombeiros Voluntários e da Liga de Bombeiros Portugueses, tutelado pela Autoridade Nacional de Protecção Civil

As verbas angariadas devem ter uma distribuição equilibrada e com prioridades bem definidas.

Reformas para os Bombeiros Profissionais e Voluntários

- Deve haver uma definição de idades para prestação do socorro
- Manutenção da percentagem/bonificação do tempo despendido pelos bombeiros para efeitos de aposentação que são pagos pelos bombeiros. Os bombeiros querem a bonificação de 25%.

É importante frisar que esta bonificação valorizava os baixos salários praticados.

ANBP e a APBV contestam a retirada da percentagem na contabilização das reformas dos bombeiros. Até

agora os bombeiros poderiam aposentar-se tendo uma bonificação sobre o tempo de serviço. A perda desta bonificação além de desvirtuar o estatuto social do bombeiro, obriga os bombeiros a prestar socorro já com idades mais avançadas, para que não sejam prejudicados na reforma

Profissão/Atividade de desgaste rápido para os Bombeiros Profissionais e Voluntários

- Considerar como tal, devido aos horários rotativos, exposição à fadiga física e mental, bem como à exposição vários tipos de riscos
- Alterar nas seguradoras a questão da penalização da profissão de bombeiro

Seguros

- O valor das coberturas não garante as necessidades dos bombeiros.

Deve haver alterações nos seguros de morte (mínimo 300.000€), incapacidade temporária, absoluta e total (deveria ser de 70 € por dia).

Na questão dos seguros para bombeiros Voluntários, estes são classificados como seguros de acidentes pessoais, pelo que sempre que um bombeiro voluntário sofre um acidente, não recebe as despesas de tratamento ou transporte, a não ser aquando do fecho do processo e de indemnização final.

Não entendemos algumas afirmações do presidente da Liga de Bombeiros Portugueses, Comandante Jaime Marta Soares, quando, enquanto autarca era o responsável pela questão dos bombeiros na Associação



Nacional de Municípios Portugueses, tendo oportunidade para se pronunciar sobre esta situação!

Securifenix- É a mediadora de seguros da LBP que diz ter o objectivo de “regular o mercado de seguros para as Associações/Corpos de Bombeiros”.

A pergunta que se coloca é: em que moldes funciona esta seguradora?

Assistência médica

- A periodicidade de 2 em 2 anos não responde à atividade regular desenvolvida pelos bombeiros

No caso dos Bombeiros, a periodicidade dos exames médicos não está adequada à profissão, não devendo ser de dois em dois anos. É necessário assegurar a realização periódica frequente de RX Pulmonares e Espirometria.

ENB

- Deve estar na dependência direta da ANPC
- Proporcionalidade de participação

ção da ANBP, da APBV e da LBP, já que a gestão da ENB é feita com recurso a fundos públicos

Contestamos que esta instituição seja dirigida única e exclusivamente, desde há muitos anos, pela Liga dos Bombeiros Portugueses. A Escola Nacional de Bombeiros deve ser supervisionada e totalmente detida pela Autoridade Nacional de Protecção Civil.

A situação da ENB em Portugal é caso único! Não existe na Europa nenhuma instituição financiada pelo Estado e dirigida/gerida por uma entidade privada.

Participação em órgãos de decisão

- A FNBP deve estar no mesmo patamar de direitos obrigações que o estado dá à LBP.

- Se a LBP representa as entidades patronais, a FNBP representa os bombeiros.

- Como é que uma entidade pública (CM) pode ser associada de uma entidade privada e ser representada por esta? (ilegal)

Legislação

- A FNBP exige ser ouvida e fazer parte de todos s órgãos consultivos/decisão em matéria de legislação de bombeiros, tal como o que acontece com a LBP.

- 1º Encontro Nacional (17 de Dezembro – AHBV Carnaxide)

- Carta de Princípios dos Bombeiros Portugueses

- A FNBP não pretende ser uma força de oposição, mas sim de colaboração.

A FNBP pretende discutir toda a problemática do sector e apresentar soluções ao governo.



seminário jornalistas



► O Seminário Jornalistas com a presença dos jornalistas: Diogo Carreira (CMTV), João António Pereira (RTP), Paulo Novais (LUSA) e Miguel Ângelo Marques (SIC)

Jornalistas e Bombeiros debatem o papel dos media no teatro de operações

O Padrão dos Descobrimentos voltou a receber o Seminário de Jornalistas, um evento da Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais no âmbito Jornadas de Prevenção e Segurança na Floresta de Betão. O encontro deste ano, que decorreu no dia 22 de novembro, teve como tema “Jornalistas e Bombeiros: o desafio da comu-

nicação em cenário de incêndios florestais”.

Três jornalistas, Miguel Ângelo Marques da SIC, José António Pereira da RTP, Diogo Carreira da CMTV, e um fotojornalista, Paulo Novais da Agência Lusa, foram os oradores deste seminário moderado pela jornalista Cátia Godinho do Alto Risco. Cada um deles esteve presente nos incêndios que este ano cau-

saram a morte de mais de 100 pessoas e destruíram mais de 500 mil hectares de floresta. Miguel Ângelo Marques não deixou de referir que o Pinhal Interior estava apenas “à espera de uma faísca para pegar a arder”, algo que ele já tinha referido no seminário do ano passado, em que participou.

Em tom de concordância, os jornalistas referiram que a mensagem mais importante

é que, de facto, há falta de informação vinda da estrutura operacional que está em cenário de incêndios, dificultando assim o trabalho dos próprios jornalistas e comprometendo a informação que as pessoas vão receber em suas casas; informação que muitas vezes pode vir a salvar vidas.

O apelo deixado é que se trabalhe num estreitamento da relação entre os jornalistas

tas e os bombeiros para que os dois lados possam fazer o seu trabalho, sem causar qualquer entrave ou embaraço. A oportunidade de se realizarem formações conjuntas com estes profissionais foi uma das soluções sugeridas para melhorar o panorama atual e evitar assim novas “leis da rolha”.

Reportagem desenvolvida na próxima edição da Revista Alto Risco.

ações

Governo açoriano cria grupo de trabalho para rever financiamento aos bombeiros

O presidente da Secretaria Regional da Saúde dos Açores, Rui Luís, anunciou a revisão do atual modelo de financiamento dos bombeiros da região autónoma, que será feita por um grupo de trabalho coordenado pelo Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores.

Numa nota de imprensa da Secretaria Regional da Saúde, Rui Luís diz que “este grupo terá por missão propor um novo modelo de financiamento que agregue não só as responsabilidades do Governo Re-

gional, mas também de outras entidades como, por exemplo, os municípios, que têm um papel fundamental ao nível da proteção civil municipal.”

Com o fim de propor uma revisão do atual modelo de financiamento, o grupo de trabalho vai fazer um levantamento das necessidades e da realidade financeira das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários da Região.

Num despacho da Secretaria da Saúde, do dia 14 de novembro, está definido que as entidades que vão constituir o grupo de trabalho são: o presidente do Serviço Region-

al de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, o presidente da Federação Bombeiros da Região Autónoma dos Açores; um representante da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, um representante da Direção Regional dos Transportes, um representante da Direção Regional da Saúde, um representante do Fundo Regional de Apoio à Coesão e Desenvolvimento Económico, um representante da Federação Bombeiros da Região Autónoma dos Açores.

O mandato do grupo de trabalho é de seis meses, terá de elaborar relatórios trimestrais e um relatório final, que será remetido ao Secretário Regional da Saúde.

O despacho, que produz efeitos a 1 de dezembro de 2017, destaca o relevante papel das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários “na otimização, alargamento e consolidação de respostas que permitam assegurar um sistema regional de proteção civil seguro e de excelência”.



Bombeiros do Nordeste chegam a acordo com Direção da Corporação

Os Bombeiros Voluntários do Nordeste, em São Miguel chegaram a acordo com Direção da Corporação.

O Acordo foi feito em Tribunal do Trabalho no dia 17 de novembro. Em cima da mesa estava um montante de 31 mil euros de não pagamento de horas extraordinárias. Com a revisão das contas, o valor baixou para a quantia de 8 mil eu-

ros a pagar de uma só vez, e no prazo de 30 dias, para os cinco elementos que levaram a direção a Tribunal. Os oito mil euros são para dividir por igual por todos.

ANBP/SNBP defenderam desde o início os seus associados neste processo tendo chegado a acordo com a Associação de Bombeiros Voluntários do Nordeste de forma a salvar as partes.

anpc



ANBP/SNBP reuniram com o novo presidente da ANPC

A Associação Nacional de Bombeiros Profissionais e o Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais reuniram-se no dia 5 de dezembro de 2017, pela primeira vez, com o recém-nomeado Presidente da

Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), o Tenente-General Carlos Mourato Nunes.

Além dos votos de boas-vindas ANBP/SNBP apresentaram ao novo presidente da ANPC a problemática do setor e as principais preocupações dos bombeiros portugueses,

nomeadamente a unificação da carreira e a necessidade do estatuto profissional.

ANBP/SNBP mostraram ainda preocupação com as consequências dos incêndios ocorridos este ano em Portugal e que vitimaram mortalmente mais de uma centena de pessoas.

Governo suspende reembolso das refeições a bombeiros

O governo suspendeu o reembolso das refeições de bombeiros distribuídas no Teatro das Operações a 12 corporações de Bombeiros Voluntários. Em causa está um inquérito feito pela Autoridade Nacional de Proteção Civil que detetou indícios de irregularidades na qualidade das refeições servidas aos operacionais durante o combate aos incêndios em agosto.

De acordo com informações avançadas pela TSF no dia 5 de dezembro, o relatório refere que a grande maioria dos operacionais não teve problemas com a alimentação. No entanto, o Ministério da Administração Interna ordenou a suspensão por 20 dias do pagamento do reembolso das ocorrências em que foram verificados esses indícios.



O inquérito incluiu 17 incêndios que envolveram o pagamento de refeições de 12 associações de bombeiros. O Ministério da Administração Interna deverá agora proceder à audição dos responsáveis destas instituições para que expliquem as condições em que apresentam os processos de reembolso da despesa.

De acordo com o Diário de Notícias do dia 5 de dezembro, o Ministro da Administra-



Governo aposta em núcleos de Equipas de Intervenção Permanente

O Governo vai alargar a todo o país a rede de equipas de intervenção permanente. O objetivo é reforçar a resposta rápida aos incêndios. A intenção foi manifestada pelo Ministro da Administração Interna, no dia 25 de novembro. Eduardo Cabrita esclareceu, no entanto, que “não vai ser extinto nenhum corpo de bombeiros”, apesar de haver um reforço da aposta na profissionalização.

Estes núcleos de bombeiros profissionais destinam-se a todos os municípios do país, sendo dada prioridade às autarquias onde o risco de incêndio é mais elevado. De acordo com o ministro Eduardo Cabrita, a ideia é “alargar a todo o país a rede já existente das equipas de intervenção permanente”, que têm um “carácter profissional” e já estão “baseadas nas corporações de bombeiros voluntários, permitindo uma intervenção rápida, uma resposta imediata”. Neste sentido, continuarão a existir bombeiros voluntários, mas com núcleos profissionalizados em cada concelho, criados no âmbito das operações de proteção e socorro e estados de alerta especiais.

Recorde-se que o governo atribui 21,2 euros diários por cada operacional, sete euros por cada almoço e jantar, pequeno-almoço, lanche e dois reforços (1,80).

Governo vai alargar a todo o país a rede de equipas de intervenção permanente.

A criação destes núcleos de Equipas de Intervenção Permanente aparecia contemplada na resolução do Conselho de Ministros de 21 de outubro de 2017, onde se referia a intenção de “valorizar a contribuição impar do voluntariado nas Associações Humanitárias de Bombeiros, conjugados com a profissionalização qualificada de EIP, beneficiando do entrosamento comunitário dos corpos de bombeiros voluntários”.

Esta medida aprovada pelo governo veio na sequência dos incêndios deste ano terem sido responsáveis pela morte de mais de cem pessoas, na região Norte e Centro do país. Foi também uma das recomendações feitas no relatório da Comissão Técnica Independente que investigou o incêndio de Pedrógão Grande.

Presidente dos Bombeiros Profissionais aplaude decisão

O presidente da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais, Fernando Curto, considera que esta medida garante “mais organização e a existência de meios para uma primeira intervenção eficaz”. O responsável lembra que esta é uma medida defendida pela ANBP “há mais de 10 anos”, por considerar que “sustentabiliza o país” em matéria de segurança.

incêndios



► O Professor Domingos Xavier Viegas é um dos autores do Relatório

Capítulo 6 do relatório do incêndio de Pedrógão provoca controvérsia

A Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd) divulgou no dia 22 de novembro uma deliberação em que “não autoriza a publicação ou divulgação pública do capítulo 6 do relatório intitulado «O complexo de Incêndios de Pedrógão Grande e Concelhos Limítrofes, iniciado a 17 de junho de 2017», na «versão destinada a ser tomada pública», elaborado pelo Centro de Estudos Sobre Incêndios Florestais (CEIF) da Universidade de Coimbra”.

O Professor Domingos Xavier Viegas, coordenador do relatório, já mostrou o seu descontentamento num artigo de opinião publicado no jornal Público, do dia 28 de novembro, dizendo que “é penoso ver que o trabalho de uma equipa de investigação com provas dadas seja ‘censurado’ pela Comissão Nacional de Proteção de Dados”.

Segundo a deliberação n.º 1572/2017, o Gabinete do Ministro da Administração Interna solicitou à CNPD a emissão de uma pronúncia sobre o capítulo 6 que foi omitido da primeira versão do relatório, que foi tornada pública. A controvérsia com este capítulo, com cerca de 96 páginas, denominado «Os acidentes pessoais», é sobre a “descrição detalhada para cada caso do que terá sucedido nas últimas horas de vida das vítimas mortais, bem como o que sucedeu ou terá

sucedido com os sobreviventes durante os incêndios.” A pronúncia da CNPD, pedida pelo Gabinete do Ministro da Administração Interna, teria o intuito de avaliar a divulgação de uma versão C do capítulo, onde os nomes de todas as pessoas estão omissos e substituídos por letras e números, “tornando o texto impessoal e de difícil leitura, mas ainda assim compreensível”, tal como esclarece Xavier Viegas no seu artigo.

Contudo, a CNPD refere que, apesar da omissão dos nomes das vítimas, o capítulo “expõe-nas para lá daquilo que é adequado ou necessário

e porventura desejado pelos familiares diretos, que têm direito a não ser confrontados, na sua dor e luto, com informação tão detalhada.” A CNPD relembra que a publicação desta informação “que revela sobretudo aspetos da vida privada das pessoas [...] está, por regra, proibida pelo n.º4 do artigo 35.º da Constituição da república Portuguesa e pelo n.º1 do artigo 7.º da LPDP [Lei de Proteção de Dados Pessoais].”

Sobre a eventualidade da publicação do capítulo ser relevante para as indemnizações para os lesados ou para apurar responsabilidades políticas, a CNPD também

diz que “não é indispensável a divulgação generalizada do conteúdo do referido capítulo” e que as informações da vida da privada das vítimas e familiares “nada revelam para aferir a eficácia ou ineficácia daquela atuação política”. A deliberação n.º 1572/2017 da CNPD reitera que “o detalhe com que são apresentadas circunstâncias pessoais de cada uma das vítimas e das suas últimas horas de vida, assente em factos diretamente observados e em factos deduzidos ou presumidos, expõe dimensões pessoais para lá daquilo que é desejável num ordenamento jurídico que protege a vida privada como valor fundamental e que apenas justifica a sua exposição na medida estrita do necessário.”

Postas todas estas deliberações, a CNPD “não autoriza a publicação ou divulgação pública integral do capítulo 6”, dizendo que deve ser apenas “garantido o acesso pelos titulares dos dados pessoais à informação a eles especificamente relativa constante daquele capítulo”, e que “reconhece ainda que os familiares diretos das vítimas dos incêndios podem ter conhecimento parcelar do descrito no capítulo 6 do relatório, nas partes que digam especificamente respeito aos respetivos parentes falecidos”.

Reação de Xavier Viegas

No seu artigo de opinião, publicado no dia 28 de novembro no jornal Público, intitulado “Sobre a publicação do capítulo 6 do relatório de Pedrógão Grande”, o professor Xavier Viegas defende que o propósito do Centro de Estudos sobre Incêndios Florestais (CEIF) “foi sempre o de dar a conhecer os factos que apurámos, registando o que de bom e de mau nos foi dado analisar, sem condenar ou culpar nenhuma pessoa ou entidade, mas para comunicar, ao público em geral, lições que se devem retirar destes eventos e para dotar as entidades pertinentes de elementos que lhes permitam suportar um aprofundamento dos factos expostos e a tomada de decisões, quando estas se imponham”.

Xavier Viegas refere que a primeira versão completa do relatório (versão A) foi entregue ao Governo, no dia 16

de outubro. Esta versão continha os “nomes e identificação de pessoas e lugares”, por isso, o Governo publicou uma versão B do relatório, sem o capítulo 6. O coordenador do CEIF avança que “foi-nos pedido que preparássemos uma versão deste capítulo 6, em que se omitissem os nomes de todas as pessoas envolvidas”, surgindo assim uma versão C, entregue ao Governo no dia 19 de outubro, com os nomes substituídos por letras e número, tal como já foi referido.

Sobre toda a controvérsia que a divulgação ou não divulgação do capítulo 6 tem gerado, o professor diz que “em minha opinião, o ruído que se tem feito em torno deste capítulo tem, erradamente, desviado a atenção das pessoas para o conteúdo do nosso relatório, mesmo sem este capítulo”, salientando o trabalho feito durante três meses no terreno, “falando com centenas de pessoas, consultando documentos, recolhendo e tratando dados e realizando inúmeras diligências”; Xavier Viegas não deixou de referir que também foram ouvidas várias entidades, às quais foram expostas as conclusões que o CEIF tirou, “dando-lhes oportunidade para nos contradizer”.

Sobre a observação da CNPD relativa aos “factos deduzidos ou presumidos”, Xavier Viegas diz que “convém esclarecer que para além dos depoimentos e outros elementos recolhidos [...], as deduções apresentadas se baseiam na experiência dos autores, que decorre de mais de 30 anos de investigação de acidentes, com a análise de várias dezenas de casos, envolvendo algumas centenas de vítimas”, e que “na preparação e apresentação dos acidentes não nos moveu qualquer intenção de voyeurismo, de expor publicamente as pessoas ou os seus familiares”.

Os familiares das vítimas já apresentaram publicamente a intenção de autorizar a publicação do capítulo, uma vontade que também já foi apresentada à equipa de Xavier Viegas, que “no interesse do bem público”, manifestou “às autoridades a nossa disponibilidade para colaborar no trabalho de ‘anonimização’ das partes do relatório que estão a gerar controvérsia.

notícias



Medidas de apoio às vítimas dos incêndios de junho já entraram em vigor: indemnizações, mais sapadores e formação para a rede SIRESP

Foram publicadas em Diário da República, no dia 23 de novembro, as medidas de apoio às vítimas dos incêndios florestais ocorridos entre os dias 17 e 24 de junho, nos concelhos de Pedrógão Grande, Castanheira de Pera, Ansião, Alvaiázere, Figueiró dos Vinhos, Arganil, Góis, Penela, Pampilhosa da Serra, Oleiros e Sertão.

A Lei n.º 108/2017, que entrou em vigor no dia 24 de novembro, um dia depois da sua publicação, abrange apoios na área da saúde, na reconstrução de habitações, as indemnizações de responsabilidade do Estado, o aumento de equipas de sapadores e a necessidade de formações para os utilizadores da rede SIRESP.

No documento é referido que o objetivo destas medidas é “o apoio às vítimas dos incêndios em matéria de saúde, habitação, acesso a prestações e apoios sociais de carácter excecional, proteção e segurança, reposição do potencial produtivo e mecanismos céleres de identificação das perdas e de indemnização às vítimas dos incêndios, assegurando a adequada articulação entre as entidades e as instituições envolvidas.”

O conceito de vítima também é esclarecido e indica que “consideram-se vítimas dos incêndios as pessoas singulares direta ou indiretamente afetadas na sua saúde, física ou mental, nos seus rendimentos ou no seu património, de acordo com o levantamento e validação feita pelos serviços

competentes, sem prejuízo do apoio previsto para pessoas coletivas.” Entre algumas das medidas contempladas nesta lei está o “direito ao acompanhamento gratuito pelo Serviço Nacional de Saúde”, com a duração mínima de um ano, e “o direito ao acompanhamento prioritário por médicos psiquiatras, psicólogos e outros técnicos da área da saúde mental”. Em relação ao apoio psicossocial, este também abrange os “profissionais das forças e serviços de segurança, bombeiros, proteção civil ou de outras entidades envolvidas no combate aos incêndios e ao socorro e auxílio às populações”.

As vítimas dos incêndios de junho também terão apoio na reconstrução das suas habitações, havendo prioridade para a reconstrução de habita-

do exercício do direito de regresso a que haja lugar, nos termos da lei.” Para a avaliação dos pedidos de indemnização, que devem ser apresentadas no prazo de seis meses a contar do dia de entrada em vigor da lei, 24 de novembro, “é constituída uma comissão para avaliação dos pedidos de indemnização (CPAPI). Esta comissão terá três membros: um magistrado, a designar pelo Conselho Superior da Magistratura, que preside, um médico, a designar pela Ordem dos Médicos, e um advogado, a designar pela Ordem dos Advogados, cujos contactos serão “disponibilizados publicamente”.

Equipas de sapadores florestais e reforço do DECIF

O reforço da prevenção e combate aos incêndios vigente neste documento prevê que o Governo apresente, no prazo de 60 dias a contar da entrada em vigor desta lei, à Assembleia da República, o plano de criação de equipas de sapadores florestais “de forma a garantir a existência de 500 equipas em 2019”. Cabe assim ao Ministério

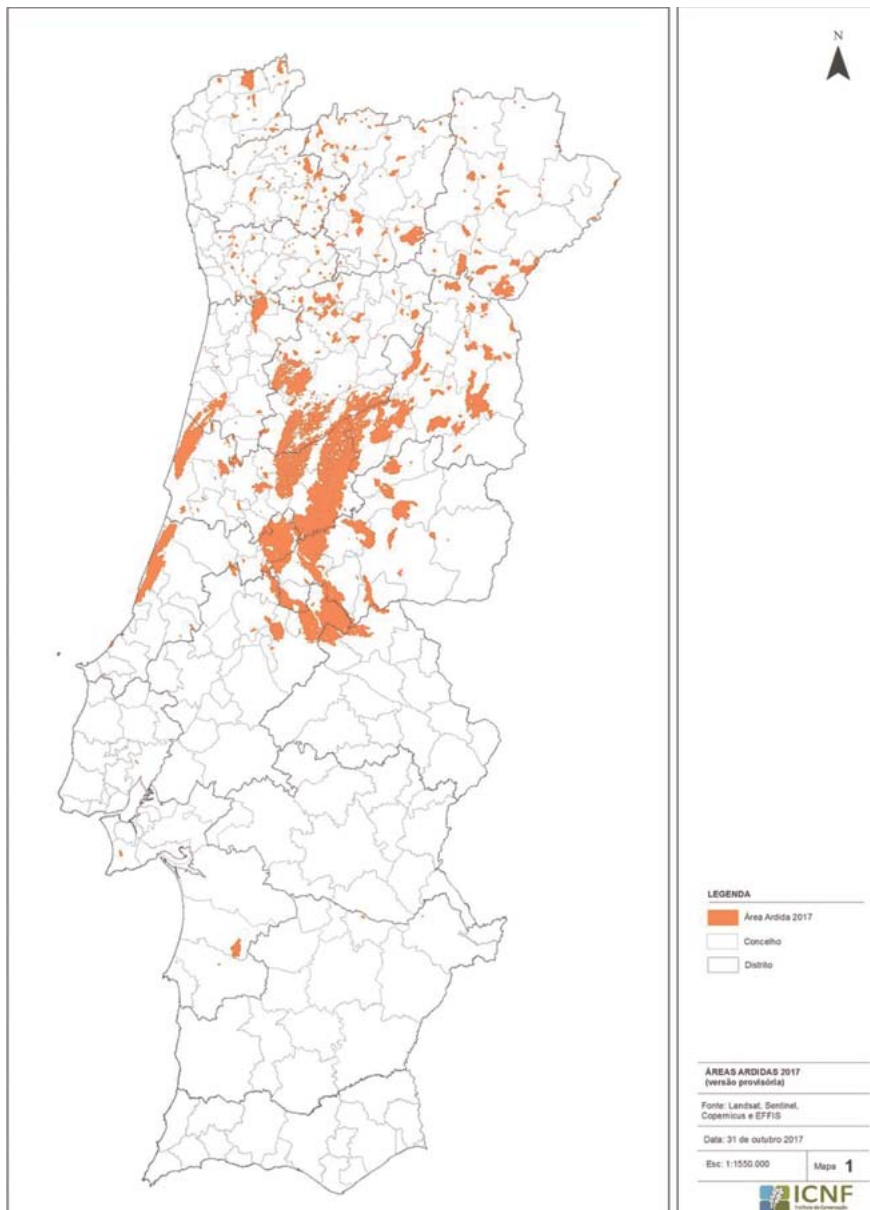
da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural estabelecer o calendário para a criação das referidas equipas, mas também adotar as “medidas necessárias à criação, ainda em 2017, de 50 novas equipas de sapadores florestais”. Em relação ao Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais (DECIF), está definido que haverá um reforço dos efetivos e meios associados, como um alargamento do seu período de funcionamento, “tomando as medidas adequadas para melhorar a sua operacionalidade”. O documento refere ainda que deve haver um sistema de comunicações de emergência e segurança que assegure a cobertura de todo o território nacional “em qualquer cenário de catástrofe”. Entre as medidas a serem tomadas para atingir esse objetivo, está a “formação aos utilizadores e realização de exercícios periódicos para utilização da rede SIRESP em condições críticas” e a “abertura do sinal GPS do SIRESP aos bombeiros de foram a permitir a visualização das localizações geográficas das viaturas e dos bombeiros no local das operações”.

coimbra

Coimbra é o distrito com maior área ardida do país

Mais de 113 mil hectares de floresta arderam este ano no distrito de Coimbra. Os dados são do Relatório Provisório de Incêndios Florestais, de 1 de janeiro a 31 de outubro, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) que revela que mais de 400 mil hectares de floresta arderam no país.

Os 547 incêndios registados pelo ICNF, que deflagraram em Coimbra, resultaram em 113 839 hectares de área ardida que representam cerca de 26% da área ardida nacional. Em 2017, Portugal perdeu 442 418 hectares de floresta. O segundo distrito com maior área ardida foi o distrito da Guarda, com 60 038 hectares, seguido de Castelo Branco, com 52 721 hectares.



No Relatório Provisório de Incêndios Florestais, de 1 de janeiro a 31 de outubro, é indicado que “da análise do índice de severidade diário (DSR), acumulado até 31 de outubro, o ano de 2017 é o ano mais severo dos últimos 15, com valores semelhantes ao ano de 2005, até aqui o mais severo.”

O mês mais severo deste ano foi outubro, “com um total de 223.901 hectares, o que corresponde a 51% do total de área ardida registado no ano”, apesar de agosto registar o maior número de ocorrências (3738).

Em relação aos grandes incêndios (aqueles em que a área afetada é igual ou superior a 100 hectares), o relatório refere que registaram-se 214 incêndios nessa categoria que destruíram 412 782 espaços florestais, 93% da área ardida em 2017, até 31 de outubro.

Turismo do Centro quer promover a região depois dos incêndios

O presidente do Turismo do Centro de Portugal, Pedro Machado, quer promover a região afetada pelos incêndios e considera que é urgente mudar a perceção de que o destino não reúne condições para receber turistas.

“A nossa primeira grande prioridade tem sido trabalharmos para mudarmos a perceção de que o destino não deixou de reunir as condições para receber todos os turistas, nacionais e estrangeiros e, portanto, queremos aproveitar muito essa mediatização que vai ocorrer por ocasião da BTL [Bolsa de Turismo de Lisboa] de 2018 e dizer ao mercado nacional, em primeira instância, que o Centro de Portugal foi, de facto, atingido, mas continua com infraestruturas, com equipamento, com oferta, com produto, com marcas que podem e devem continuar a ser promovidos e que estão em perfeitas condições para poderem continuar a afirmar-se como um destino turístico”. Pedro Machado falava aos jornalistas, à margem do 43.º Congresso Nacional da Associação portuguesa das Agências de Viagens e Turismo (APAVT), que decorreu em Macau entre os dias 23 e 27 de novembro.

A diretora da área de feiras da FIL (Feira Internacional de Lisboa) e responsável pela BTL, Fátima Vila Maior, disse que o Centro será o “destino convidado” para a BTL de 2018, afirmando que “é um destino que tem que ter uma capacidade muito grande de se renovar

e nós acreditamos que sim”.

De acordo com a agência Lusa, a secretária de Estado do Turismo, Ana Mendes Godinho, que também esteve em Macau, disse que o Turismo de Portugal vai ter também um programa de incentivos financeiros para a realização de congressos nas zonas afetadas pelos incêndios.

Turismo em Coimbra

A Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM RC), em articulação com a tutela do Turismo, vai tomar medidas para a revitalização dos territórios afetados pelos incêndios de 15 e 16 de outubro.

Num comunicado de 9 de novembro, a CIM Região de Coimbra refere que se reuniu com a secretária de Estado do Turismo, Ana Mendes Godinho, o presidente do turismo de Portugal, Luís Araújo, e o presidente da Entidade Regional de Turismo do centro, Pedro Machado, onde foram dadas “orientações no sentido da revisão dos projetos integrantes da ‘Rede de oferta turística em espaços naturais’, com vista ao enquadramento da revitalização física das zonas afetadas e respetivas pré-existências nas medidas de apoio disponíveis”.

A estratégia está assente numa lógica de turismo sustentável e pretende “largar a oferta nos territórios afetados com projetos na área da gastronomia [...], ou criação de projetos ancorados no Artesanato Regional”.

Pub

MONTAEL
Materiais Construção e Representações, S.A.

Casa Meada, 3040-584 Antanhol (Portugal)
Tel: (+351) 239 802 520 / Fax: (+351) 239 802 521
www.montael.com

coimbra



CIM Região de Coimbra propôs 32 medidas de apoio às vítimas dos incêndios de outubro

O Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal (CIM) da Região de Coimbra aprovou por unanimidade 32 medidas de apoio à vítimas dos incêndios de outubro. O Conselho realizou uma reunião extraordinária, no dia 30 de outubro, que contou com a presença do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, Miguel João de Freitas.

O CIM da Região de Coimbra, explica numa nota de imprensa sobre a reunião, que a prioridade deste plano com 32 medidas incide na “recuperação das habitações, empresas e apoio à reflorestação”, e que considera urgente “a intervenção ao nível da prevenção da erosão, corte e escoamento da madeira ardida”. O documento também aborda temas como o apoio ao emprego e aos rendimentos dos trabalhadores das empresas afetadas pelos fogos e o “apoio ao restabelecimento das condições e equipamentos dos agentes de proteção civil e de prevenção

Pub

frutibairrada
concelho de Fátima e Sagrada Lda

SEDE:
Monte de S. Miguel,
Armz. 3/4 - Eiras
3020-265 Coimbra
Tel. 239 085 075

MAC
Mercado Abast. de Coimbra
Pav. A, nº 28
Taveiro
3045-265 Coimbra

www.frutibairrada.pt



Caritas Diocesana
de COIMBRA

Caritas de Coimbra distribui ajuda a vítimas de Pedrógão Grande

A Caritas de Diocesana de Coimbra entregou no dia 27 de novembro, roupas, eletrodomésticos, pequenas mobílias e produtos de higiene e limpeza a dezenas de pessoas dos sete concelhos afetados pelo grande incêndio de Pedrógão Grande, ocorrido a 17 de junho. Neste incêndio, 64 pessoas morreram, além do enorme rasto de destruição de ca-

sas provocado pelas chamas.

A distribuição decorreu na Casa Paroquial de Pedrógão Grande. Citada pela Agência Lusa, uma técnica da Caritas de Coimbra, Mariana Figueiredo, referiu que “como havia muitas solicitações de roupa e calçado de inverno e roupa de cama para fazer face ao frio, optámos por fazer esta distribuição, porque assim conseguimos chegar a mais pessoas e responder de forma eficaz às necessidades”.

Pub

Desde 1946

Pereira & Santos
Cash & Carry

Apart. 8180 | Adémia de Baixo | 3021-901 COIMBRA
T 239 433 550 | F 239 431 625
S www.pereira-santos.com
E admin@pereira-santos.com

conselhos

Prepare-se para o Inverno

Coimbra tem um Plano Municipal para fazer frente ao rigor do Inverno e um Plano Especial de Emergência para Cheias e Inundações. Aqui ficam os conselhos de proteção para os munícipes.

Efeitos do frio no organismo

Com a exposição a temperaturas muito baixas os tecidos podem sofrer **queimaduras pelo frio**. As áreas mais afectadas são as mãos, pés, nariz e orelhas. Proteja a pele da exposição directa do ar frio. A **hipotermia** é um estado em que a temperatura corporal está abaixo do seu normal (37 °C). Manifesta-se por pele pálida ou arroxeada, até à perda gradual das capacidades motoras (tremor, dificuldade em andar e falar) e mentais (tontura, confusão e perda de consciência). Pode levar à morte se a vítima não for socorrida.

Em caso de QUEIMADURA PELO FRIO ou HIPOTERMIA

Que FAZER...

- Ligue 112 e siga as recomendações dadas.
- Procure o aquecimento gradual do corpo; não tente aquecer-se rapidamente.
- vá para um local quente e seco;
- retire a roupa molhada;
- vista roupas secas e quentes e envolva-se em cobertores.

Que NÃO FAZER...

- Não ingira **bebidas alcoólicas**. A sensação de calor é enganadora, pois, de seguida, sente-se ainda mais frio.
- Não **beba líquidos com cafeína** (ex.: café e chá) porque aumentam o efeito do frio.

Frio Intenso AUTOPROTECÇÃO

Reduções significativas da temperatura, por vezes repentinas, podem afectar a saúde de qualquer pessoa, quer esta se encontre dentro ou fora de casa. Os grupos de maior risco são as crianças, idosos, doentes crónicos (do feto respiratório ou cardíaco) e os sem abrigo.

O frio extremo pode estar associado a queda de neve, ventos fortes e formação de gelo. Ao proteger-se, tenha isso em atenção.

Siga as recomendações contidas neste folheto e divulgue-as.

Antes da época de frio

Se vive em zonas afectadas por **frio intenso e prolongado** ou que possam ficar **isolados pela neve**,

- Faça **reserva de:**
 - alimentos ricos em calorias (chocolate, frutos secos, etc.);
 - comida enlatada ou embalada (que não necessite de cozedura ou refrigeração);
 - combustível de uso doméstico (ex.: botija de gás ou lenha).
- Prepare um **plano de emergência** com rádio e lanterna a pilhas, pilhas de reserva, material de primeiros socorros e medicamentos essenciais.

Esta atento às informações meteorológicas. Cumpra as recomendações das entidades competentes. Uma decisão tomada da temperatura pode obrigar à adopção das medidas de autoprotecção.

COLABORE,
a protecção começa em si.

TELEFONES ÚTEIS

112
112 DE EMERGENCIA

SERVICIO MUNICIPAL DE PROTECCION CIVIL

PREVENIR

SOCCORRER

Para mais informações consulte a internet em: www.proteccioncivil.pt

PREVENIR • PLANEAR • SOCCORRER

Ministerio de Asistencia Interior
Autoridade Nacional de Protecção Civil

ATPC
Autarquia de Protecção Civil - 018 100 100
Autarquia de Protecção Civil - 018 100 100

DURANTE A ÉPOCA DE FRIO

Perigos em casa

- **INTOXICAÇÃO** por monóxido de carbono - tenha especial cuidado com aquecedores a lenha (lareiras, brasileiros e salamandras). Para evitar a acumulação deste gás venenoso, que pode ser mortal, **abra uma janela para renovação do ar**.
- **INCENDIOS** - podem ter origem na má utilização de aquecedores eléctricos ou sobrecarga da rede eléctrica devido ao funcionamento simultâneo de vários aparelhos.
- **QUEIMADURAS** - previna-se e redobre a atenção com as crianças e idosos.

Quando sair

- Evite manter-se ao frio durante muito tempo e lembre-se de que as diferenças de temperatura entre a rua e os interiores muito aquecidos desidratam a pele, o que pode causar lesões dolorosas nos lábios, rosto e mãos.
- Para evitar quedas tente não caminhar sobre gelo ou neve.
- Vista várias camadas de roupa, em vez de uma única peça muito quente. Evite as que fazem transpirar e as muito justas.
- Vista várias camadas de roupa, em vez de uma única peça muito quente. Evite as que fazem transpirar e as muito justas.
- Proteja a boca e o nariz para impedir a entrada de ar muito frio nos pulmões e, se necessário, use luvas, chapéu e cachecol.
- Opte por calçado apropriado.
- Mantenha-se seco. O corpo arrefece mais rapidamente se estiver molhado ou exposto ao vento.
- Não exerça actividades físicas violentas (como tentar desmanpar o carro ou linhar neve). O organismo já está em esforço para manter a temperatura corporal.

Frio Intenso

Autoprotecção

QUANDO VIAJAR DE AUTOMÓVEL

Antes de iniciar viagem

- Faça a revisão do nível de gasolina, lubes e travões.
- Coloque um líquido anticongelante no radiador.
- Utilize corretor para a neve, se for caso disso.
- Diga a alguém qual o percurso que vai seguir.
- Leve um estojo de primeiros socorros, aparelhos, alimentos, um pano coberto e térmico.

Em viagem

- Conduza a velocidade reduzida.
- Tenha especial cuidado com as zonas mais sombrias da estrada, pois é onde se formam mais gelo.

Se a viatura ficar imobilizada

- Ligue 112.
- Chame a atenção, se necessário. Coloque o pano (ou algo colorido) na antena ou preso na janela.
- Permaneça dentro do veículo. Estará mais protegido do frio e é trovato.
- Abra a fresta de uma janela oposta ao vento.
- De hora a hora ligue o aquecimento cerca de 10 minutos.
- Mantenha-o todo de escape limpo de neve.
- Movimente-se. Mexa as pernas, braços e dedos. Para activar a circulação sanguínea.
- Evite adormecer.

The advertisement features a green background with a large, stylized leaf graphic. In the center, the text "pena" is in a lowercase, sans-serif font, and "DRINK" is in a larger, bold, uppercase, serif font. A green leaf is positioned above the "i" in "DRINK". Below this, the text "A PenaDrink apoia os Bombeiros Portugueses" is written in a white, sans-serif font. At the bottom, there is a dark green banner with the text "COMÉRCIO DE BEBIDAS" in white, uppercase, sans-serif font. To the right of this banner, there is a white box containing contact information: a telephone icon, the text "Tel. 239 165 123", "Tlms. 918 706 626 - 918 706 625", a location pin icon, and the text "Rua da Cruz Nova nº34 - Eiras 3020-170 COIMBRA".



Plano Municipal de Contingência para Vagas de Frio direcionado a populações mais vulneráveis

Os objetivos do plano são:

- minimizar efeitos da ocorrência de vagas de frio;
- elaborar um Plano de Ações;
- estimar as necessidades, mobilizar com prontidão recursos humanos e disponibilizar recursos materiais para uma adequada minimização dos efeitos das vagas de frio;
- assegurar a atempada recolha e comunicação de informação;
- assegurar uma resposta coordenada com as instituições parceiras

e outros organismos.

O plano é automaticamente ativado entre o dia 1 de Novembro e o dia 31 de Março, estabelecendo-se o nível de alerta Azul (Situação de vigilância). Os níveis subsequentes são o Amarelo (Situação de risco), o Laranja (Vaga de frio) e o Vermelho (Vaga de frio grave), representando um aumento progressivo da gravidade da vaga de frio, sendo que os níveis de alerta são ativados mediante critérios específicos, de acordo com orientações da Proteção Civil.

Durante a vigência do plano de contingência, são disponibilizados quartos em pensão da cidade, contratada para o efeito. Mediante o nível de alerta estabelecido, bem como a avaliação das necessidades, efetuada pelas equipas de rua que todas as noites atuam no terreno, é ativada a resposta que melhor se adequa à situação em causa e que garanta o acolhimento com condições de segurança, pelo período em que o nível de alerta se mantenha.



► Use várias camadas de roupa

Jornal da Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais

Plano Especial de Emergência para Cheias e Inundações

Os objetivos deste plano são:

- Providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e a disponibilização dos meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um evento de cheia de grande amplitude;
- Desenvolver, nas entidades envolvidas nas operações de Proteção Civil e Socorro, o nível adequado de preparação para a emergência, de forma a criar mecanismos de resposta imediata e sustentada, sobretudo durante e nas primeiras 72 horas pós-evento;
- Promover estratégias que assegurem a continuidade e a manutenção da assistência e possibilitem a reabilitação, com a maior rapidez possível, do funcionamento dos serviços públicos e privados essenciais e das infraestruturas vitais, de modo a limitar os efeitos do evento de cheia;
- Preparar a realização regular de treinos e exercícios, de carácter setorial ou global, destinados a testar o Plano, permitindo a sua atualização;
- Promover junto das populações ações de sensibilização para a autoproteção e coresponsabilização da prevenção do risco, tendo em vista a sua preparação e integração na estrutura de resposta à emergência, especialmente nos habitantes ou utilizadores de infraestruturas existentes, na área com maior risco;
- Minimizar a perda de vidas e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade.

Durante estes cenários, os serviços de Proteção Civil têm de garantir as necessidades básicas da população afetada:

- Entende-se por população afetada, a população residente nos locais afetados pela cheia, e a que eventualmente tenha sido transferida para as Zonas de Acolhimento (ZA);
- Cabe aos serviços técnicos do Município, em articulação com a Autoridade de Saúde Municipal, fazer chegar à população afetada, bens básicos essenciais, como água, medicamentos, alimentos, agasalhos, etc.
- A alimentação dos desalojados pode ser distribuída nos refeitórios escolares e/ou servidas por empresas de catering.
- Os responsáveis das Zonas de Acolhimento (ZA) procedem ao registo de todos os indivíduos que derem entrada.
- A informação recolhida deve ser tratada para disponibilização ao público e órgãos de comunicação social segundo diretrizes do diretor do plano, procedendo ainda à reunião de famílias no caso de existir mais que uma Zona de Acolhimento (ZA).

Fontes: Câmara Municipal de Coimbra (<https://www.cm-coimbra.pt/index.php/servicos/servicos-gerais/servicos-municipais/protecao-civil/item/3079-planos-de-emergencia>)

FAÇA A INUNDAÇÃO

Faça uma inspeção rápida à sua casa. Se aquecer, sua casa está em risco.

Se houve evacuação regressa só depois de ter sido dada essa indicação.

Não toque em cabos elétricos calidos. Pode ficar electrocutado.

Teria especial cuidado com aparelhos eléctricos ou a gás, se atingidos pela inundação. Chame um técnico para os reparar.

Verifique o estado das subestâncias infantis ou de idosos que possa ter em casa.

Deixe fora a comida (peixe e embalagem) e medicamentos se estiverem em contacto com a água da inundação.

Deixe apenas água engarrafada ou fervida.

Comença as limpeza da casa pelas zonas mais altas.

Não ande descalço. Utilize calçado protector (botas altas e anti-derrapantes).

Facilite o trabalho dos equipas de limpeza da via pública.

Mantenha-se informado, principalmente se residir numa região habitualmente sujeita a inundações, e desenvolva as acções necessárias para a sua protecção, da família e bens.

Acompanhe o evoluir da situação junto das entidades competentes e pelos órgãos de comunicação social.

É importante que tenha consigo um **plano de evacuação** e **planilha**.

Cumpra as indicações dadas.

COLABORE, E PREVENIR É O MELHOR MEDICAMENTO. A força da água pode ser destruidora.

TELEFONES ÚTEIS

112
N.º de emergência

119
N.º de emergência
SERVIÇO NACIONAL DE PROTECÇÃO CIVIL

192
N.º de emergência
SERVIÇO NACIONAL DE PROTECÇÃO CIVIL

PARA MAIS INFORMAÇÕES consulte a internet em:
www.proteccao civil.pt

PREVENIR • PLANEAR • SOCORRER

ATPC
Ministério da Administração Interna
Autoridade Nacional de Protecção Civil

Inundações

Autoprotecção

Inundações

AUTOPROTECÇÃO

Algumas inundações podem prevenir-se através da análise das condições meteorológicas, níveis de rios e maré, níveis e barragens, e através das repartidas quando não têm tempo para avisar os habitantes.

Para diminuir os prejuízos materiais, ou mesmo danos pessoais, particularmente quem vive numa zona de risco, deve manter-se informado acerca dos procedimentos adequados que lhe permitam aumentar a segurança.

Para minimizar os efeitos prejudiciais de uma inundação, aqui as recomendações contidas neste folheto é divulgado...

Antes da inundação

Identifique pontos altos onde possa refugiar-se.

Faça uma pequena lista de objectos importantes a levar em caso de evacuação.

Prepare um estoque de emergência com rádio e lanterna a pilhas, pilhas de reserva, material de primeiros socorros, medicamentos essenciais e agasalhos.

Terça sempre uma reserva, suficiente para 2 ou 3 dias, de água potável e alimentos enlatados.

Mantenha a limpeza do quintal ou jardim, principalmente no Outono devido à queda de folhas.

Arranje um anteparo de metal ou madeira para a sua porta da rua.

Previda a hipótese de fazer um seguro da casa

NA EMERGÊNCIA DE UMA INUNDAÇÃO

- Acondicione num saco plástico os documentos e objectos pessoais mais importantes.
- Não vá ao meio de emergência.
- Transfira os alimentos e objectos de valor para os portos mais altos de casa.
- Softe os animais domésticos, estes tratam de si próprios.
- Feche e gado para locais seguros.
- Feche bem, e coloque em lugar seguro, as embalagens de produtos perigosos ou tóxicos (infeccioses, pesticidas, etc.).
- Coloque um anteparo à entrada da casa.
- Retire, do quintal ou jardim, objectos que possam ser arrastados pelas águas e entrarem no escoamento.

- A água pode esconder muitos perigos. Se tiver que andar através da água o seu segurança. Pode usar um chapéu de canoa, um bengalo ou um pau para apoiar-se.
- Não entre na enchente. Corra o risco de ser arrastado pelas correntes.
- Não utilize o carro numa zona de inundação. Pode ser arrastado.
- Para poder socorrer utilize um plano, uma lanterna a pilhas, etc.
- Não ocupe as linhas telefónicas. Use a telefonia só em caso de emergência.

EM CASO DE EVACUAÇÃO

- Não parea tempo. Respeite as ordenações que o formos dados.
- Leve os seus documentos (bilhete de identidade, cartão de utente da segurança social, etc.), bem como dinheiro ou outro meio de pagamento.
- Leve as pertences pessoais indispensáveis, o estoque de emergência, uma garrafa de água e alimentos enlatados ou embalados.
- Feche à chave as portas que dão para o exterior.

Durante a inundação

- Seja prático.
- Mantenha a serenidade.
- Procure dar apoio a quem mais necessite (idosos, doentes ou deficientes).
- Desligue a água, gás, e electricidade.
- Deixe apenas água engarrafada.
- Não coma alimentos que estiverem em contacto com a água da inundação.
- Não ande descalço.
- Não vá, só, ao super-mercado, aos locais mais atingidos.

Put

O bom sabor da vida!

Telf. 239 533 282

E-mail: donacarnecomercial@gmail.pt -

Rua Cova da Ponte, nº6 - 3220-190 Miranda do Corvo

reuniões



ANBP/SNBP reuniram com Secretário de Estado da Proteção Civil

A direção nacional da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais e do Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais reuniram-se no dia 21 de Novembro com o Secretário de Estado da proteção civil, José Artur Neves. Foi a primeira reunião com o novo responsável pela tutela dos bombeiros e proteção civil.

O Estatuto Profissional do Bombeiro foi um dos assuntos em cima da mesa. Foram também abordados temas como a reorganização da proteção

civil, a organização de carreiras dos bombeiros profissionais. Foi ainda defendido um maior investimento na profissionalização.

A Associação Nacional de Bombeiros Profissionais (ANBP) e o Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais apontaram o Secretário de Estado da Proteção Civil da necessidade de um maior investimento na profissionalização do setor para haver uma primeira intervenção mais eficaz no combate aos incêndios.

Os bombeiros defendem também a reorganização da

Proteção Civil e uma nova lei da Proteção Civil nas quais querem ter uma participação ativa.

ANBP/SNBP pediram ainda ao novo Secretário de Estado da Proteção Civil, José Artur Neves, que retome o projeto para organizar as carreiras dos bombeiros profissionais.

“Não temos atualização dos vencimentos há 15 anos, também não temos progressão nas carreiras em alguns casos também há 15 anos, não há progressão na carreira e não há rejuvenescimento dos quadros”, explicou.



viseu



ANBP/SNBP defendem promoções dos bombeiros municipais de Viseu

ANBP/SNBP reuniram-se a 24 de Novembro com o vice-Presidente da Câmara Municipal de Viseu para falar sobre os incêndios florestais que afetaram o concelho. As promoções nos Bombeiros municipais de Viseu foi outro dos assuntos em cima da mesa.

Durante a reunião, foi feito um balanço dos incêndios florestais de 2017, nomeadamente dos dias 15 e 16 Outubro quando foi ativado o Plano Municipal de Emergência em Viseu.

O Município reconheceu o trabalho dos bombeiros municipais de Viseu no ataque inicial aos incêndios. Já no que toca à questão das promoções, a autarquia pretende promover os bombeiros Municipais aguardando, para isso, o novo Orçamento de Estado que prevê o seu descongelamento.

A nova recruta para os Bombeiros Municipais de Viseu está em fase de provas e deverá integrar o corpo de bombeiros já em Janeiro.

olhão



Municipais de Olhão frequentam cursos de promoção

Os Bombeiros Municipais de Olhão frequentaram no mês de Novembro os cursos de promoção na carreira de bombeiros municipais, no quartel da corporação. Na sessão de abertura, decorrida no dia 20, esteve presente o presidente da autarquia, António Pina.

Os cursos abrangem 36 candidatos e realizam-se conforme o despacho que regulamenta os cursos de promoção na carreira de bombeiro municipal.

De acordo com a nota de imprensa da Câmara Municipal de Olhão a formação tem a duração de 35 horas e abrange matérias

como operações de combate a incêndios urbanos, industriais e florestais; veículos e instalações especiais; sistemas de gestão de operações; liderança e motivação humana; construção civil e manobras.

Segundo a mesma nota, “os cursos que se realizam são o culminar do processo de mobilidade interna, iniciado no início de 2017 pelo município de Olhão, “com vista a dotar o corpo de bombeiros de novas categorias, absolutamente indispensáveis para o bom funcionamento do serviço, e que se espera concluído até ao final do ano de 2017”.

braga



Secretariado Regional do Norte reuniu-se em plenário

O Secretariado Regional do Norte da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais e do Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais realizou um plenário no dia 25 de novembro nas instalações da Companhia de Bombeiros Sapadores de Braga. Entre os

temas abordados estiveram: - Eleição na ANBP para o próximo quadriénio (2018-2022); o Estatuto Profissional dos Bombeiros Profissionais/ Negociações com o Governo; as audiências com a C.M.Braga em 2017; o ACEP (Acordo Coletivo Entidade Pública); a Mobilidade Intercategorias; os Feriados; a passagem Muni-

pais/Sapadores; o Seguro de Acidentes C.M.Braga; o resumo das audiências com o Comando da C.B.S.Braga 2017 e outros assuntos de interesse. Estiveram presentes o Secretário Coordenador da Região Norte da ANBP/SNBP Ricardo Fernandes e os Delegados de Braga da ANBP/SNBP Manuel Pereira e Pedro Cunha.



Breves

SNBP elege delegado sindical nas Caldas da Rainha

O Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais elegeu António Soares como seu delegado sindical na Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários das Caldas da Rainha, no passado dia 9 de novembro.



SNBP reúne com a direção dos B.V. Alcobaça

O Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais reuniu-se no dia 9 de novembro com a direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcobaça.



ANBP/SNBP reuniram com Câmara Municipal de Braga

ANBP/SNBP e o Secretariado Regional do Norte reuniram-se no dia 16 de novembro com o vice-presidente da Câmara Municipal de Braga, Firmino Marques. A Companhia Bombeiros Sapadores de Braga e os assuntos relacionados com a sua organização foram os temas abordados, entre eles o reforço de efetivos, a recruta, mobilidades e promoções, pagamento de férias e Acordo Coletivo para Entidade Empregadora Pública.

Uma reunião que, de acordo com os responsáveis de ANBP/SNBP presentes, decorreu de forma satisfatória.



ANBP/SNBP reuniram-se, dia 29 de novembro, nos serviços sociais do RSB para esclarecimento sobre a aposentação e processo judicial.



madeira



ANBP reúne-se com Secretário Regional da Saúde da Madeira

O presidente da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais (ANBP), Fernando Curto, reuniu-se, dia 14 de novembro, com o secretário Regional da Saúde do Arquipélago da Madeira, Pedro Ramos, pela primeira vez desde a passagem da pasta da Proteção Civil e Bombeiros para essa Secretaria. O objetivo da reunião foi a apresentação das reivindicações dos bombeiros profissionais na região.

As reivindicações apresen-

tadas incidiram na formação e nas carreiras dos bombeiros profissionais e também na reorganização do socorro na região autónoma, nomeadamente nas dificuldades existentes no transporte de doentes e a necessidade de reforçar a presença de elementos na ilha de Porto Santo, durante o verão.

De acordo com os representantes da ANBP, Pedro Ramos abordou a intenção do Governo Regional em criar uma corporação única de bombeiros sapadores para

toda a região autónoma. Fernando Curto apoia essa ideia, dizendo que “pensamos que é importantíssimo, até porque a escassez dos bombeiros voluntários é uma realidade e a situação dos bombeiros profissionais também tem algumas deficiências”.

Pábulo Freitas e Márcia Vieira, delegados da ANBP na Madeira, também estiveram presentes na reunião, que decorreu na sede da Secretaria Regional de Saúde, juntamente com elementos da equipa dessa mesma secretaria.



Governo da Madeira realça intenção em utilizar meios aéreos no combate aos incêndios

O presidente do Governo da Região Autónoma da Madeira, Miguel Albuquerque, anunciou que vai seguir em frente com a recomendação do relatório da autoridade de proteção civil nacional sobre a utilização de meios aéreos no combate aos incêndios. Miguel Albuquerque falava na sessão de abertura do 1.º Encontro Regional de Desencarceramento e Salvamento, que decorreu entre o dia 14 e 17 de novembro, na Região Autónoma da Madeira, que reuniu mais de 100 bombeiros de todo o país.

De acordo com uma nota de imprensa do site da Presidência madeirense, Miguel Albuquerque disse que “estamos a fazer um reforço em criar linhas de corta-fogo. Temos procedido à limpeza de infestantes e criámos aceiros e depósitos de água para prevenir a propagação dos fogos florestais”. Sobre o uso de meios aéreos na Madeira, o presidente já tinha declarado a sua intenção em seguir as recomendações do relatório que foi pedido à ANPC depois dos incêndios de 2016 na região (no Jornal Alto Risco de Setembro já se tinha feito referência a este relatório).

Além dos meios aéreos, o presidente também abordou a melhoria das torres de vigilân-

cia, o aumento do patrulhamento preventivo, as obras da lei de meios, e a melhoria de condições de operacionalidade das corporações de bombeiros.

Encontro de Desencarceramento e Salvamento

Também presente no 1.º Encontro de Desencarceramento e Salvamento, o presidente do Serviço Regional de Proteção, José Dias, admitiu que o serviço que lidera poderá adquirir equipamento de desencarceramento mais autónomo e moderno, dizendo que “muito provavelmente, num futuro próximo estamos a equacionar primeiro com a aquisição, o conhecimento; os próprios operacionais terem conhecimento com o mesmo e depois decidimos qual o plano futuro de aquisição”.

Sobre os equipamentos apresentados aos bombeiros que participaram neste evento, José Dias acrescentou que “a grande diferença deste tipo de material é a capacidade de portabilidade, tendo em atenção a nossa orografia, a tipologia de acidentes que podem ocorrer, cada vez mais temos de pensar numa perspetiva futura e adequar a tipologia das nossas operações com o melhor material e com os melhores profissionais”.

ANBP/SNBP Madeira reúnem com vereadores dos bombeiros da C.M. Funchal

Os dirigentes da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais e do Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais na Madeira, Sancho Teixeira e Márcia Vieira reuniram-se a 28 de novembro com o vereador com o pelouro da proteção civil na Câmara Municipal do Funchal. Foi a primeira reunião com João Pedro Vieira, que assumiu a pasta depois das últimas eleições autárquicas.

Entre os temas abordados esteve a organização do trabalho do corpo de bombeiros, nomeadamente a rotatividade das chefias e dos bombeiros pelas diferentes secções, as obras no quartel, a formação de bombeiros e a passagem para o quadro de sapadores. O vereador foi ainda informado do estado geral das viaturas e do quartel dos Bombeiros Sapadores do Funchal.

notícias



ANBP discorda com a nomeação do Coronel António Paixão para novo CONAC

A Associação Nacional de Bombeiros Profissionais não concorda com a nomeação do Coronel António Paixão para Comandante Operacional Nacional.

O presidente da ANBP, Fernando Curto, considera que se está a “militarizar a estrutura da Autoridade Nacional de Proteção Civil, deixando os bombeiros de parte”.

Fernando Curto criticou ainda o facto de estes cargos continuarem a ser ocupados por nomeação e não por concurso público, como defendiam dois projetos apresentados pelo PSD e pelo PAN e entretanto chumbados na Assembleia da República pelos partidos de esquerda, no dia 29 de novembro.

“A ocupação destes cargos deve ser feita de forma transparente e de acordo com a avaliação das competência e da formação dos candidatos. A nomeação fere este princípio de transparência, pelo que o recurso a concurso público seria a forma mais séria de levar em frente esta renovação que todos queremos para evitar tragédias semelhantes às que assistimos este ano”, rematou Fernando Curto.

No entanto, Fernando Curto reconhece mérito e competência a António Paixão, considerando que “o coronel Paixão é uma pessoa extremamente competente, extremamente completa, uma pessoa a quem reconhecemos os maiores méritos na sua atividade enquanto militar”, acrescenta.

Novo presidente da ANPC foi o primeiro responsável pelos GIPS

O presidente da Autoridade Nacional da Proteção Civil, Tenente-General Mourato Nunes, nomeou para Comandante Operacional Nacional o Coronel António Paixão. O até agora comandante do Comando Territorial de Lisboa da GNR vai suceder ao missionário Rui Esteves, que abandonou o cargo em Junho.

O Coronel António Paixão já dirigiu o Grupo de Intervenção e Proteção de Socorro da GNR (GIPS) e o Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente (SEPNA), ambos os organismos com envolvimento no combate aos incêndios florestais.

Patrícia Gaspar assumirá o cargo de 2.ª Comandante Nacional, depois de ter já exercido funções como CODIS de Setúbal.



Tomada de posse do novo CONAC

O novo Comandante Operacional Nacional, António Paixão, e a nova 2.ª Comandante Operacional Nacional, Patrícia Gaspar tomaram posse, no dia 5 de dezembro, em Carnaxide.

As tomadas de posse decorreram na sede da Autoridade Nacional de Proteção

Civil (ANPC), onde estiveram presentes os representantes de todas as Direções Nacionais. De acordo com nota de imprensa da ANPC, o Presidente da ANPC, Carlos Mourato Nunes, proferiu “um breve discurso de incentivo e sucesso aos empossados.”



PS,PCP, BE e PEV chumbam escolha de chefias da ANPC por concurso público

Os partidos de esquerda com assento na Assembleia da República (PS,PCP, BE e PEV) chumbaram as propostas apresentadas pelo PSD e pelo PAN que tinham como objetivo fazer com que os cargos de chefia da Autoridade Nacional de Proteção Civil fossem distribuídos através de concurso

público e não por nomeação, como acontece atualmente.

No projeto de lei apresentado, o PSD entendia que “deve ser substituído o atual sistema de nomeações por um sistema de concursos, com base na formação, nas competências, na experiência e no mérito, de acordo com os perfis definidos para as funções e submetendo-se às regras de seleção de di-

rigentes superiores previstas na administração pública, acolhendo, assim, a recomendação expressa da Comissão Técnica Independente (CTI)”.

O PSD propõe alterações à “Lei Orgânica da Autoridade Nacional de Proteção Civil por forma a que os cargos dirigentes do Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS) passem a estar sujeitos aos procedimentos

concursais de recrutamento previstos no estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado”.

Também o PAN apresentou uma proposta que aponta no sentido de substituir as nomeações por concursos públicos. No documento, depois de mencionar as falhas identificadas no relatório aos incêndios de

Pedrogão Grande, o PAN considera que “urge terminar com as nomeações políticas nos cargos decisórios preponderantes da proteção civil, assegurando que são ocupados por profissionais qualificados recrutados concurso público”. Acrescenta ainda que “será necessário equiparar o regime referente ao Comando Nacional de Operações de Socorro e aos Comandos distritais de Operações de Socorro ao regime aplicável aos dirigentes superiores”.

As propostas apresentadas pelo PAN e pelo PSD foram, no entanto, chumbadas pelos partidos de esquerda.

notícias



Ministro da Administração Interna promete verbas para recuperação de áreas ardidas

O Ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita, anunciou que a ajuda à recuperação das zonas ardidas é um dos objetivos centrais do Orçamento de Estado de 2018. Num debate no Parlamento, no dia 16 de novembro, o Ministro também referiu a descentralização e um reforço da

autonomia das autarquias.

Eduardo Cabrita falou da necessidade de alocar fundos para ajudar os municípios pelos incêndios deste ano, destinando “65 milhões de euros” para a recuperação dos equipamentos municipais afetados e uma linha de crédito de “45 milhões de euros” para garantir a proteção e limpeza das zonas vulneráveis a fogos florestais,

com uma aposta na “proteção civil preventiva”.

Além destas medidas relacionadas com os incêndios deste verão, referiu que o Orçamento deste ano “vai mais longe do que os anteriores” e garante a maior autonomia para os serviços municipais “em quatro décadas”, falando de um reforço de verbas para os municípios e freguesias.

Governo cria empresa pública de gestão da floresta

O Governo vai criar uma empresa pública para a gestão de florestas. A entidade deverá ser criada em 2018.

O anúncio foi feito pelo ministro da Agricultura e Florestas, Capoulas Santos, no Parlamento, a 14 de novembro. De acordo com o responsável, a nova estrutura terá “expressão orçamental” no Orçamento de Estado para o próximo ano, mas não foram reveladas as verbas envolvidas.

Capoulas Santos adianta que “esta empresa não se destina a gerir as matas públicas. É uma empresa que se vai colocar no mercado como uma entidade de gestão florestal cujo princi-

pal objetivo será arrendar ou comprar terra, sobretudo na pequena propriedade, para ganhar a dimensão e criar uma entidade de gestão florestal similar aquelas que pretendemos que a sociedade civil venha a criar através dos incentivos fiscais”.

De acordo com o ministro da Agricultura o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas terá um aumento orçamental de 15 milhões de euros, através do Fundo Florestal Permanente, passando para os 40 milhões de euros.

O ministro reforçou ainda a ideia de aumentar até finais de 2019 o número de equipas de sapadores florestais.

Orçamento de Estado vai incluir 670 milhões de euros para floresta e obras

O primeiro-ministro anunciou que o Orçamento de Estado de 2018 vai incluir 670 milhões de euros para a reforma da floresta, prevenção e combate aos incêndios e apoio à reconstrução do país. O anúncio foi feito em Vouzeira, a 14 de novembro, onde foi assinado um protocolo com várias entidades bancárias que disponibilizaram uma linha de crédito no valor de 100 milhões de euros destinadas às empresas danificadas pelos incêndios.



Fundo de apoio às Populações e à Revitalização das Áreas Afetadas pelos Incêndios ocorridos em junho de 2017 »

Fundo REVITA reforçado com 2 milhões e meio de euros

O Fundo REVITA, criado pelo Governo com o objetivo de prestar apoio às populações e à revitalização das áreas afetadas pelos incêndios de junho, vai receber um financiamento excepcional de 2 milhões e 500 mil euros vindos do Estado.

Na Resolução do Conselho de Ministros n.º180/2017, é referido que “atendendo à dimensão dos danos e prejuízos ocorridos nas habitações a intervir, constata-se que

os donativos alocados ao Fundo não permitem salvaguardar todas as carências identificadas no seu âmbito de atuação”.

Criado em julho, o Fundo REVITA vai receber agora o montante de 2 milhões e 500 mil euros de reforço excepcional com verbas provenientes de receitas de jogos sociais, “de modo a garantir a reconstrução de todas as habitações afetadas pelos incêndios e identificadas para intervir”.



Mais mil sapadores florestais até 2019

O Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, Luís Capoulas Santos, anunciou que o Governo pretende contratar 1000 sapadores florestais até 2019, que se juntam assim aos 1500 sapadores hoje existentes.

Em entrevista à agência Lusa, o Ministro da Agricultura referiu que “nos quatro anos anteriores a este Governo não foi criada nenhuma nova equipa de sapadores florestais, portanto estamos agora a recuperar praticamente uma década de estagnação nesta força”.

Luís Capoulas Santos avançou que o Governo prevê “juntar aos cerca de 1500 sapadores florestais que já existem mais 500 no ano de 2018 e outros 500 no ano de 2019”, atingindo assim um total de 2500 profissionais nessa área.

Esse investimento vai ser realizado no âmbito do trabalho da Estrutura de Missão para a instalação do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais, presidida por Tiago Martins Oliveira.

Luís Capoulas Santos disse ainda que “o que aconteceu neste ano de 2017 é algo que a História, os meios académicos, não deixaram de estudar exaustivamente, mas é algo que acho que não tinha ocorrido antes, portanto acho que houve um somatório de circunstâncias que tiveram a ver com situações específicas de clima, de período de seca prolongada, de conjugação de fatores – ventos, temperaturas, humidades – que se reuniram num momento e que provocaram esta catástrofe”. Mas o governante deixou o aviso: “se isso aconteceu, isso pode ser repetível”.

notícias



Alterações no financiamento e aumento da formação dos bombeiros

O Ministro da Administração Interna, Ministério da Educação e Ministério da Ciência e do Ensino Superior. O ministro Eduardo Cabrita anunciou também, um reforço do número de elementos do Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro da GNR, com um aumento dos 600 atuais para 1100 elementos. No caso dos guardas florestais, haverá um aumento de 300 para 500 elementos.

De acordo com nota explicativa do Ministério da Administração Interna, os bombeiros voluntários vão ter novas regras de financiamento, estando previsto um reforço de 1,2 milhões de euros nas verbas que serão transferidos para 435 corporações de bombeiros voluntários.

A isto se junta a intenção já manifestada pelo governo de alterar as funções dos bom-

beiros voluntários no combate dos incêndios florestais.

Fernando Curto comenta financiamento dos bombeiros

Em relação ao reforço de verbas para os bombeiros voluntários, previsto no Orçamento de Estado de 2018, e que ronda os 1,2 milhões de euros, o presidente da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais considera que o que falha é a “distribuição”.

Fernando Curto considera que “há dinheiro, mas por vezes a distribuição falha”, defendendo a revisão da “situação financeira” dos bombeiros. Para o presidente da ANBP, a época de fogos não deve ser calendarizada e o Orçamento de Estado deve adaptar-se ao facto de não poder haver uma época de fogos determinada.

Incêndios provocaram sete milhões de prejuízos para empresas do Norte

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N) anunciou que as empresas do Norte afetadas pelos incêndios do dia 15 de outubro provocaram o prejuízo de sete milhões de euros. Só em Castelo de Paiva são 4,8 milhões de euros em prejuízos.

Em declarações à agência Lusa, o presidente da CCDR-N, Fernando Freire de Sousa, disse que “foi feito um levantamento rigoroso [dos danos] com ajuda das câmaras envolvidas”, tendo sido apurado um valor de sete milhões de euros. Fernando Freire de Sousa assegurou que “tudo quanto tenha ardido nesse fim-de-semana – entre casas, empresas e equipamentos municipais – será repostos, qualquer que seja o valor.”

O Decreto-Lei n.º135-B/2017, publicado em Diário de República dia 3 de novembro, que “aprova o Sistema de Apoio à Reposição da Competitividade e Capacidades Produtivas, com o objetivo de recuperação dos

ativos empresariais afetados pelos incêndios ocorridos no dia 15 de outubro de 2017 nas regiões Centro e Norte”, define que a CCDR assume a responsabilidade pela gestão e coordenação global da aplicação dos apoios previstos.

Nesse Decreto-Lei está definido também que o Sistema de Apoio “tem como objetivo permitir o restabelecimento rápido das condições de produção das empresas diretamente afetadas com prejuízos diretos, sendo apoiadas, nomeadamente, a aquisição de máquinas, de equipamentos, de material circulante de utilização produtiva e as despesas associadas a obras de construção necessárias à reposição da capacidade produtiva.”

Também está esclarecido que “Na definição dos montantes dos apoios a atribuir é tido em conta o valor dos prejuízos, deduzido do valor das indemnizações dos seguros ou de outras doações ou compensações recebidas para cobrir total ou parcialmente os danos causados pelos incêndios.”

Príncipe ismaelita vai ajudar na rearboração da Mata de Leiria

Com mil euros é o valor que o príncipe da comunidade ismaelita, Imamat Ismaili, vai doar para ajudar na rearboração da Mata Nacional de Leiria, que perdeu mais de 80% da sua área.

Num comunicado enviado à comunicação social, no dia 23 de novembro, é referido que “este projeto de rearboração foi organizado em colaboração com o Ministério da Agricultura, que irá agora concretizá-lo através do Instituto da Conservação da

Natureza e das Florestas, entidade responsável por identificar a área que será abrangida pelo mesmo, devendo a totalidade do processo decorrer entre Janeiro e Março do próximo ano.”

O anúncio dessa ajuda foi feito durante as comemorações do Dia do Imamat, que, de acordo com a agência Lusa, juntou centenas de pessoas na sede mundial da comunidade, em Lisboa.

Já em Junho, o príncipe ismaelita doou meio milhão de euros para apoiar as vítimas dos incêndios de Pedrógão Grande.

notícias



Tenente-General Mourato Nunes nomeado presidente da ANPC

O Tenente-General Mourato Nunes é o novo presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil. A tomada de posse decorreu no dia 9 de novembro, no Ministério da Administração Interna. No seu discurso, Mourato Nunes defendeu a necessidade de uma instituição “forte e qualificada”, avançando que “a grande reforma” não se deve basear “na simples exigência de mais meios.

O agora responsável máximo pela ANPC considera que “o vetor estruturante deve ser a utilização mais racional e inteligente e em rede dos recursos que temos à nossa disposição e, daí, partir para a

aquisição do que é prioritário e indispensável para o cumprimento da missão”.

O antigo comandante-geral da GNR adiantou que espera levar “por diante o projeto de mudança que fará a ANPC uma instituição mais ágil, mais próxima, mais qualificada e mais apta a servir os interesses de Portugal e dos portugueses”. Uma reforma para a qual, de acordo com o Tenente-General, “não basta apenas a vontade do comando da Proteção Civil”, sendo “fundamental um apoio concreto do poder político”.

O novo presidente da ANPC, Tenente-General Mourato Nunes é licenciado em Ciências Militares e Engenharia Geográfica e passou tam-

bém pelo Instituto de Altos Estudos Militares, onde concluiu o curso de oficial general e o curso geral de comando e Estado-Maior.

Foi diretor do Instituto Geográfico do Exército entre 1993 e 1994 e presidente do Instituto geográfico Português entre 2002 e 2003, altura em que foi promovido a Tenente-General e e assumiu as funções de Comandante Geral da Guarda nacional Republicana, até 2008.

Entre 2008 e 2010, assumiu funções de secretário-geral para Cooperação entre os Países de Língua Portuguesa em matéria de Segurança Pública. Entre 2010 a 2012, foi presidente do conselho coordenador de Cartografia e diretor-geral do Instituto Geográfico Português.



► O Presidente da ANBP, Fernando Curto cumprimenta o Tenente-General Mourato Nunes



► O Diretor Nacional da ANBP, Domingos Morais cumprimenta o Tenente-General Mourato Nunes

Fernando Curto concorda com a nomeação do Tenente-General Mourato Nunes

O presidente da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais, Fernando Curto, aplaudiu a nomeação do Tenente-General Mourato Nunes para presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil.

“É uma pessoa ponderada, com provas de competência dadas ao longo da sua carreira”. A escolha do Tenente-General Mourato Nunes vai ao encontro daquilo que a ANBP defende.

“A ANPC deve ser comandada por um oficial das Forças Armadas no sentido em que a orgânica da proteção está montada nesse contexto, ou seja, há toda uma organização das forças de segurança e estas forças de segurança compõem a comissão nacional de proteção civil ao mais alto nível e terá que ser uma figura patente superior que possa supervisionar não só as forças armadas como também a estrutura nacional da proteção civil”, salientou Fernando Curto.

notícias



Governo avança com medidas para travar erosão dos solos

O Secretário de Estado das Florestas, Miguel Freitas, disse que o Governo vai avançar com medidas de emergência para travar a erosão dos solos das regiões afetadas pelos incêndios do dia 15 de outubro.

Com a época das chuvas a chegar, a preocupação com os resíduos queimados que podem ser arrastados com a força das águas, o Secretário de Estado das Florestas adiantou, em declarações à Antena 1, no dia 23 de novembro, que “percebendo, de facto, a necessidade de dar um sinal claro sobre esta matéria, o Ministério da Agricultura vai ele próprio, com o Ministério da Administração Interna, avançar com ações e estabelecer-se de emergência, particularmente, nos

municípios onde os incêndios foram a 15 de outubro, e que reconhecemos que são aqueles que são mais difíceis deste processo avançar. “

As iniciativas agendadas para começarem durante a última semana de novembro são em Oliveira do Hospital, em Oliveira de Frades e no Fundão.

“Nós vamos fazer, no fundo, aquilo que é a trituração de material que está no solo, portanto, os sobrantes do solo; vamos fazer o espalhamento desse material triturado em cima do solo e vamos fazer parreiras de troncos para que a erosão não se faça.”

Miguel Freitas referiu que é um processo burocrático demorado e que “haveria outra forma se o país estivesse organizado de outra forma para responder a esta questão”, mas não deixou de dizer que “temos feito tudo para agilizar o processo”.

Incendiários vão usar pulseira eletrónica durante o verão

Entrou em vigor, dia 23 de novembro, a lei que prevê que os incendiários tenham de usar pulseira eletrónica durante o verão. Só este ano, a Polícia Judiciária e a GNR detiveram 182 pessoas pelo crime de incêndio florestal.

A Lei n.º 94/2017, publicada dia 23 de agosto, entrou em vigor no dia 23 de novembro, e incide sobre novas regras para utilização de meios técnicos de controlo à distância (vigilância eletrónica). No artigo 274.º-A é referido que a “suspensão da execução da pena de prisão e a liberdade condicional podem ser subordinadas à obrigação de permanência na habitação, com fiscalização por meios técnicos de controlo à distância,

no período coincidente com os meses de maior risco de ocorrência de fogos.”

Também está descrito que se os crimes forem cometidos por uma pessoa inimputável, “pode ser aplicada sob a forma de internamento coincidente com os meses de maior risco de ocorrência de fogos.”

Para os reincidentes no crime de incêndio florestal é dada “uma pena relativamente indeterminada”, “sempre que a avaliação conjunta dos factos praticados e da personalidade do agente revelar uma acentuada inclinação para a prática deste crime, que persista no momento da condenação.”

Secretário de Estado da Proteção Civil passa a ter tutela da ANPC e do SIRESP

O Ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita, delegou as suas competências dos serviços da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) e da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR) ao Secretário de Estado da Proteção Civil, José Artur Tavares Neves, que também vai dirigir o SIRESP.

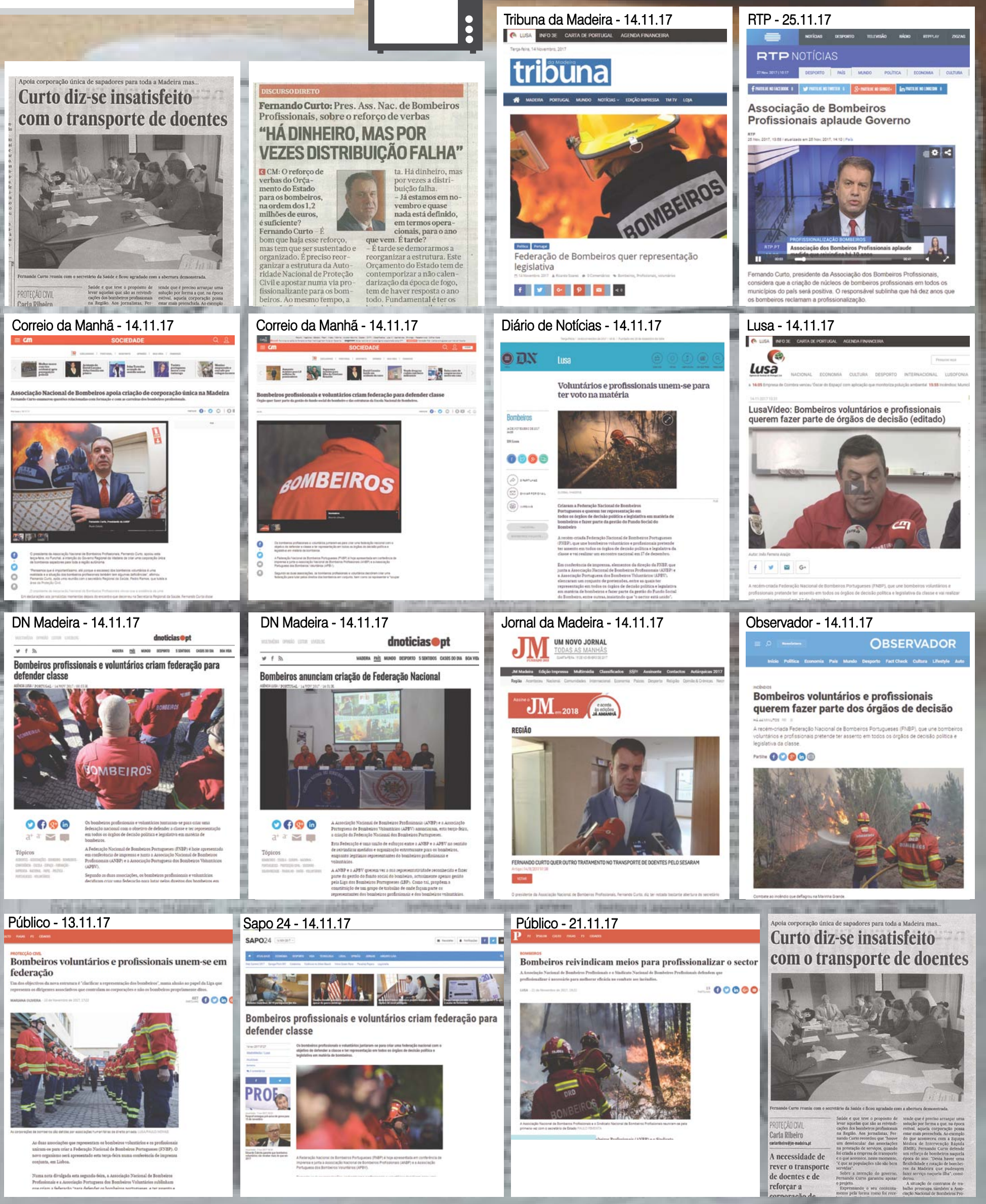
Num despacho publicado, dia 28 de novembro, em Diário da República, o Ministro da Administração Interna, delega as suas competências relativas

às atribuições da ANPC e da ANSR em matérias de proteção civil (GIPS), proteção florestal (SEPNA) e prevenção e segurança rodoviárias.

José Artur Tavares Neves também vai dirigir todas as atividades relativas à introdução e utilização de novas tecnologias nas forças, serviços e organismos integrados na Administração Interna, “com especial incidência no desenvolvimento dos sistemas de informação e comunicação comum pelas forças e serviços de segurança, tal como a RNSI, o SIRESP e o 112, bem como a respetiva gestão operacional”.

Pub

fomos notícia



internacional

Incêndios na Califórnia:
um morto, milhares de
bombeiros no terreno

O sul do estado norte-americano da Califórnia foi atingido por vários incêndios florestais que destruíram mais de 70 mil hectares e que obrigaram à mobilização de perto de dois mil bombeiros. Desde o final do mês de novembro que a Califórnia tem sido o palco de vários incêndios, que já provocaram um morto.

De acordo com o Departamento Florestal e de Proteção de Incêndios da Califórnia, o condado de Ventura, a 100 quilómetros a norte de Los Angeles, foi o mais atingido com 65 mil hectares ardidos. No condado de Los Angeles arderam 11 mil hectares.

Até ao fecho desta edição, 12 mil casas estavam em risco devido às chamas intensificadas pelos ventos fortes e pelo tempo extremamente seco. 28 mil pessoas tiveram de abandonar as suas casas. A agência Reuters indicava que várias estradas tiveram de ser cortadas e que mais de 250 mil casas ficaram sem energia, o que levou à declaração do estado de emergência, no dia 5 de dezembro, pelo governador do estado da Califórnia, Jerry Brown.



► Milhares de pessoas na estrada depois da ordem de evacuação



CONVOCATÓRIA DA ANBP

Ao abrigo dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral da ANBP - Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais, para sessão eleitoral a realizar nos dias 14 e 15 de março de 2018, entre as 9H00 e as 11H00 com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição dos Corpos Dirigentes para o quadriénio de 2018 a 2022

As mesas de votos, funcionarão entre as 09H00 e as 11H00, na sede nacional da ANBP, sita na Av. D. Carlos I, nº89, R/Ch., 1200-647 Lisboa e na sede dos Secretariados Regionais da ANBP, a saber:

- Secretariado Regional de Lisboa e Vale do Tejo, sito na Av. D. Carlos I, 89, R/Ch, 1200-647 Lisboa;
- Secretariado Regional do Norte, sito na Rua de Sta. Catarina, 730, 2º Dt./Frt., 4000-446 Porto;
- Secretariado Regional do Centro, sito na Urb. Da Várzea, Rua António Gonçalves, nº93, Loja Fração Autónoma nº6F, Sta. Clara, 3040-375 Coimbra;
- Secretariado Regional da Madeira, sito na Av. Caloust Gulbenkian, Beco do Coelho, nº1, 9000-011 Funchal.
- Secretariado Regional do Algarve, sito Av. Cidade de Hayward, nº38, 8003-333 Faro

- Secretariado Regional dos Açores, em local a designar.

Se à hora indicada não houver quórum, a assembleia funcionará meia hora depois no mesmo local, com qualquer número de associados e com a mesma ordem de trabalhos.

Lisboa, 12 de dezembro de 2017
O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Assinatura ilegível



CONVOCATÓRIA DA SNBP

Ao abrigo dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral do SNBP - Sindicato Nacional dos Bombeiros Profissionais, para sessão eleitoral a realizar nos dias 14 e 15 de março de 2018, entre as 9H00 e as 11H00 com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição dos Corpos Dirigentes para o quadriénio de 2018 a 2022

As mesas de votos, funcionarão entre as 09H00 e as 11H00, na sede nacional do SNBP, sita na Av. D. Carlos I, nº89, R/Ch., 1200-647 Lisboa e na sede dos Secretariados Regionais do SNBP, a saber:

- Secretariado Regional de Lisboa e Vale do Tejo, sito na Av. D. Carlos I, 89, R/Ch, 1200-647 Lisboa;
- Secretariado Regional do Norte, sito na Rua de Sta. Catarina, 730, 2º Dt./Frt., 4000-446 Porto;
- Secretariado Regional do Centro, sito na Urb. Da Várzea, Rua António Gonçalves, nº93, Loja Fração Autónoma nº6F, Sta. Clara, 3040-375 Coimbra;
- Secretariado Regional da Madeira, sito na Av. Caloust Gulbenkian, Beco do Coelho, nº1, 9000-011 Funchal.
- Secretariado Regional do Algarve, sito Av. Cidade de Hayward, nº38, 8003-333 Faro

- Secretariado Regional dos Açores, em local a designar.

Se à hora indicada não houver quórum, a assembleia funcionará meia hora depois no mesmo local, com qualquer número de associados e com a mesma ordem de trabalhos.

Lisboa, 12 de dezembro de 2017
O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Assinatura ilegível



ter a leitura do seu
consumo em dia

é fácil

Para comunicar mensalmente a sua
leitura, escolha a forma mais cómoda
para si.

Leituras EDP Distribuição
800 507 507 (24h, chamada grátis)

edpdistribuicao.pt

APP edp distribuição



APP edp distribuição
descarregue aqui grátis



a sua energia passa por nós

edpdistribuicao.pt